



# Diário Oficial Eletrônico

Ano XII - Edição Nº 2.827 - - - | Aquidauana - MS | segunda-feira, 22 de dezembro de 2025 - 66 Páginas

Lei Ordinária nº 2.307/2013

[www.aquidauana.ms.gov.br](http://www.aquidauana.ms.gov.br)

## SUMÁRIO

|                       |    |                                      |    |
|-----------------------|----|--------------------------------------|----|
| SUMÁRIO .....         | 1  | ATA.....                             | 18 |
| PODER EXECUTIVO ..... | 1  | AQUIDAUANA PREV .....                | 19 |
| LEIS .....            | 1  | PORTARIAS .....                      | 19 |
| DECRETOS .....        | 10 | POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 ..... | 20 |
| LICITAÇÕES .....      | 11 |                                      |    |
| RESOLUÇÕES.....       | 12 |                                      |    |

## PODER EXECUTIVO

### LEIS

#### LEI ORDINÁRIA Nº 3.049/2025

**“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### Capítulo I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1.º** - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo Municipal, bem como suas fundações e autarquias, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Parágrafo Único.** Para fins de cumprimento desta Lei, entende-se como excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência ou emergência na realização de serviço público essencial e situações em que a transitoriedade e a excepcionalidade não justifiquem a criação ou ampliação do quadro efetivo.

**Art. 2.º** - São casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – emergência de atividades em saúde pública;

II – situações de emergência e calamidade pública, assim declarada por Decreto do Poder Executivo Municipal;

III – combate a surtos endêmicos e epidêmicos;

IV – garantir a segurança do patrimônio público em situações emergenciais, quando não houver tempo hábil para a realização de concurso;

V – situações emergenciais de vigilância, inspeção e força tarefa para evitar danos ao meio ambiente, de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

VI – vacância de cargos públicos no período de até 24 (vinte e quatro) meses após o término do prazo de validade do concurso público realizado para provê-los.

VII – admissão de profissionais do magistério público municipal para suprir demandas emergenciais e transitórias decorrentes da expansão das unidades de ensino ou abertura de turmas, projetos específicos e/ou disciplinas experimentais;

VIII – carência transitória de pessoal em decorrência de afastamento ou licença de servidores ocupantes de cargos efetivos, quando o serviço público não puder ser desempenhado a contento com o quadro remanescente, durante o período da licença ou do afastamento;

IX – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos.

#### Capítulo II

##### DA CONTRATAÇÃO

Prefeito – **Mauro Luiz Batista**  
Vice-Prefeito – **Murilo Acosta Silva**  
Procuradora Jurídica – **Catharine Marques Macedo**  
Controlador Geral – **Edson Benicá**  
Secretária Municipal de Administração – **Marluce Martins Garcia Luglio**  
Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Rurais – **Marcio de Barros Albuquerque**  
Secretário Municipal de Gestão Estratégica – **Alexandre Gustavo Riva Périco**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente – **Humberto Antonio Fleitas Torres**  
Secretário Municipal de Produção – **Cipriano Mendes da Costa**  
Secretário Municipal de Assistência Social – **Cleriton Alvarenga Ferreira**  
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento – **Sandra Maria Santos Calonga**  
Secretária Municipal de Educação – **Wilsanda Aparecida de Lima Béda**  
Secretário Municipal de Finanças – **Ernandes Peixoto de Miranda**  
Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Obras Públicas – **Robert Cacho de Barros**  
Secretário Municipal de Cultura e Turismo – **Pedro Henrique Mendes Fialho**  
Secretário Municipal de Esporte e Lazer – **Mauro Marino de Oliveira**  
Diretora da Agência de Comunicação – **Rosileny Ribeiro Leite**  
Diretor Executivo do Procon – **Teodoro Nepomuceno Neto**  
Diretor Presidente do AquidauaPrev – **Gilson Sebastião Menezes**  
Diretor Departamento de Trânsito – **Flavio Gomes da Silva Filho**

#### Diário Oficial Eletrônico do Município Aquidauana - MS

Telefone: (67) 3240-1450

E-mail: [publicacao@aquidauana.ms.gov.br](mailto:publicacao@aquidauana.ms.gov.br)  
[www.aquidauana.ms.gov.br](http://www.aquidauana.ms.gov.br)

MARLUCE MARTINS  
GARCIA  
LUGLIO:60077662172

Assinado de forma digital por  
MARLUCE MARTINS GARCIA  
LUGLIO:60077662172  
Dados: 2025.12.22 21:21:41 -04'00'

RENATA MOURA DA  
SILVA:03228589170

Assinado de forma digital por  
RENATA MOURA DA  
SILVA:03228589170  
Dados: 2025.12.22 21:22:51 -04'00'

**Art. 3.º** - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, após a apresentação de justificativas da necessidade pelo órgão ou secretaria beneficiária da contratação e o pronunciamento da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 4.º** - O recrutamento de novos servidores temporários será realizado mediante processo seletivo público simplificado, sujeito à ampla divulgação, com prazo de validade de até 02 (dois) anos, de acordo com as disposições desta Lei e observados os critérios e condições estabelecidas no respectivo Edital.

**Parágrafo único.** O processo seletivo simplificado, quando a situação assim exigir, poderá ser efetivado mediante análise curricular.

**Art. 5.º** - As contratações serão realizadas por tempo determinado, por até 01 (um) ano, prorrogável por no máximo mais 01 (um) ano, mediante despacho motivado e justificado e observando-se, ainda, os seguintes prazos:

I – nos casos dos incisos I a V do art. 2º, somente enquanto perdurar a situação que deu ensejo à contratação temporária e/ou seus efeitos;

II – nos casos do inciso VIII, do art. 2º, somente enquanto perdurar o afastamento do servidor efetivo;

§ 1º Em qualquer caso, o prazo total da contratação, incluídas possíveis prorrogações, não excederá 02 (dois) anos.

**Art. 6.º** - À contratação por prazo determinado de que trata esta Lei, se aplica o regime jurídico administrativo especial, sem que ocorra a incidência das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

### **Capítulo III**

#### **DAS VEDAÇÕES**

**Art. 7.º** - Para os fins desta lei, somente poderão ser contratados os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi deferida a igualdade nas condições previstas pelo Decreto nº 70.436/72;

II – ter, à data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos e idade máxima de 70 (setenta) anos;

III – ter votado nas últimas eleições ou justificado a ausência;

IV – estar quites com o serviço militar obrigatório, quando do sexo masculino;

V – gozar de boa saúde física e mental, comprovada por laudo médico oficial;

VI – possuir escolaridade mínima de acordo com a legislação vigente.

VII – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 6 (seis) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo se realizado o processo seletivo simplificado, não houver outro candidato habilitado.

**Parágrafo Único.** A inobservância do disposto neste artigo acarretará a rescisão do contrato ou a declaração da sua insubsistência, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas.

**Art. 8.º** - As contratações temporárias dar-se-ão por excepcional interesse público, nas situações dispostas no artigo 2º desta Lei, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da Administração Pública.

**Art. 9.º** - É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

**Parágrafo único.** Excetua-se do disposto no caput deste artigo os casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

**Art. 10.** O pessoal contratado nos termos desta Lei, não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos em Lei, regulamento ou no respectivo contrato;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III – ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão ou na nulidade do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

### **Capítulo IV**

#### **DO PROCESSO SELETIVO**

**Art. 11.** O recrutamento de pessoal será realizado por meio de processo seletivo público simplificado, mediante edital com ampla divulgação, o qual deverá conter as seguintes informações:

I – cargos, quantidade de vagas, carga horária e remuneração;

II – prazo para inscrições;

III – requisitos, títulos e critérios de pontuação a serem utilizados;

IV – os critérios de desempate;

V – prazo para recursos;

VI – prazo de validade do processo de seleção;

VII – documentação necessária para contratação.

### **Capítulo V**



## **DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS**

**Art. 12.** O vencimento do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntico ao vencimento inicial atribuído ao cargo efetivo em início de carreira da mesma categoria.

**Art. 13.** A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a devida redução proporcional de remuneração, observada a conveniência da administração.

**Art. 14.** Serão assegurados aos servidores contratados temporariamente, sob o regime especial de que trata esta Lei, as seguintes vantagens:

I – adicional pela prestação de serviços extraordinários;

II – adicional pelo trabalho noturno;

**Art. 15.** Os servidores contratados temporariamente podem usufruir somente as seguintes licenças, conforme o regramento disposto da legislação municipal:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante, de 180 (cento e vinte) dias consecutivos;

III – à adotante, nos termos da legislação federal vigente;

IV – paternidade, de 05 (cinco) dias;

V – por 5 (cinco) dias consecutivos, na data ou a partir do evento considerado, em razão de casamento, bem como falecimento do cônjuge, companheiro(a), pais e descendentes até 2º grau, enteados, menor sob guarda ou tutela, madrasta ou padrasto e irmãos.

## **Capítulo VI**

### **DO REGIME DISCIPLINAR**

**Art. 16.** Estende-se aos servidores regidos por esta Lei os mesmos deveres, as mesmas proibições e responsabilidades e, no que couber, as disposições disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos, todas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aquidauana – MS.

## **Capítulo VII**

### **DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**Art. 17.** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado, desde que ocorra aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

III – imediatamente, quando o contratado incorrer em infração aos deveres e proibições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aquidauana – MS.

IV – imediatamente, pelo término da causa que originou a contratação temporária;

V – por interesse público do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. O término do contrato em razão do disposto no inciso III deste artigo implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público pelo período de 04 (quatro) anos, contados da data de encerramento do contrato.

## **Capítulo VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18.** Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a decretação de urgência, emergência e calamidade em saúde pública.

**Art. 19.** A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública, antes do término do prazo contratual, não enseja o direito a qualquer verba rescisória ou indenização.

**Art. 20.** O pessoal contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público será filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

**Art. 21.** O disposto nesta Lei se aplica aos contratos temporários em vigor na data de sua publicação, ainda que celebrados anteriormente a sua vigência.

**Art. 22.** Fica revogado o parágrafo único do Art. 98 da Lei Complementar nº 011/2009.

**Art. 23.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.915/2003.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

**Prefeito Municipal de Aquidauana**





**LEI ORDINÁRIA N.º 3.050/2025**

**“CRIA CARGOS EM COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR NO QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art.1.º** - Ficam criados 05(cinco) cargos em comissão de Assessoramento Superior, na Secretaria Municipal de Educação, Símbolo AS -1, que tem sua qualificação e atribuições, conforme Anexo II desta Lei.

**Art. 2.º** - Os cargos em comissão de Direção e Desdobramento Superiores, da Secretaria Municipal de Educação, constante do Anexo I, da Lei nº 2.812/2022, de 19/12/2023, passa a vigorar de acordo com o Anexo I, desta Lei.

**Art. 3.º**- Os cargos de Coordenação Pedagógica do Anexo I da presente Lei terá natureza comissionada até a implantação das condições pressupostas de provimento previsto no art.19 A e 19 C da Lei Orgânica do Município.

**Art. 4.º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA-MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

Prefeito Municipal de Aquidauana

**LEI ORDINÁRIA Nº 3050/2025**

**ANEXO I**

**I - CARGOS EM COMISSÃO - ASSESSORAMENTO SUPERIOR**

| CARGO             | SÍMBOLO | REMUNERAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | ESCOLARIDADE   | QUANT. |
|-------------------|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------|
| Assessor Superior | AS-1    | - Professor efetivo com carga horária de 20h/, designado para responder por 40h/a, pela coordenação pedagógica de projetos e/ou programas pertinentes a educação, oriundos das esferas federal, estadual, ou municipal, bem como aqueles referentes a execução administrativa na sede da Secretaria Municipal de Educação, terá elevação de carga horária, ou seja, remuneração correspondente a dois cargos de 20h/a, sendo que a elevação será sobre o seu salário base e mais a regência. | Nível Superior | 05     |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

Prefeito Municipal de Aquidauana

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO – ASSESSOR SUPERIOR – AS 1:**

**I - Educação de Jovens e Adultos e Programa Brasil Alfabetizado:**

a - Elaborar e executar planos de ação alinhados às diretrizes nacionais, estaduais e municipais de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, garantindo o alcance das metas estabelecidas pelo MEC, UNDIME e demais órgãos parceiros;

b - Orientar, apoiar e supervisionar as práticas pedagógicas dos professores e alfabetizadores, promovendo formação continuada, encontros pedagógicos e a socialização de experiências exitosas;

c - Monitorar os resultados educacionais, acompanhar avaliações externas e internas, consolidar dados e elaborar relatórios técnicos que subsidiam a tomada de decisão em nível municipal e estadual;

d - Representar o município junto às instâncias estaduais e federais, participando de reuniões técnicas, fóruns e colegiados, assegurando a integração entre políticas locais e nacionais de alfabetização e EJA;





e - Organizar documentos oficiais, controlar a execução de recursos, assegurar o cumprimento da legislação vigente e garantir transparência nos processos administrativos vinculados ao Programa;

f - Fomentar a participação das famílias, comunidades escolares e sociedade civil em geral, promovendo campanhas, eventos e iniciativas que contribuam para a permanência e o sucesso dos estudantes;

g - Atuar como elo estratégico entre o município e o Estado, garantindo a implementação de políticas integradas que fortaleçam a alfabetização de crianças, jovens e adultos em todos os territórios atendidos.

## **II - Transporte Escolar:**

a - Organizar e solicitar quando necessários abertura de Processos de Licitações, Dispensas, Aditivos e Adesões de atas, e demais solicitações referentes a processos administrativos de transporte Escolar.

b - Responder pela parte administrativa do Setor de Transporte escolar, ouvindo demandas, e buscar soluções para os problemas pertinentes.

c - Organizar e acompanhar a execução e vencimentos de prazos referentes aos processos de concessão de linhas do transporte escolar;

d - Realizar visitas técnicas as linhas de transporte escolar, para organizar o Transporte durante o ano letivo.

e - Criar e estruturar os mapas das linhas de transporte escolar;

f - Fiscalizar e aferir o funcionamento das linhas de transporte de escolares;

g - Responder pela fiscalização das frotas de veículos de transporte de escolares;

h - Designado como fiscal do contrato de transporte de escolares, acompanhando, atestando as NF para serem encaminhadas para pagamento.

i - Receber as demandas do transporte escolar, e manter contato direto com os Diretores Escolares.

## **III - Educação Básica:**

a - Promover articulação junto aos núcleos da Secretaria de Educação e desenvolver atribuições técnicas e administrativas;

b - Orientar e acompanhar as unidades escolares da rede municipal, visando sua organização técnica, administrativa e pedagógica, de acordo com as diretrizes determinadas pela legislação vigente;

c - Acompanhar as matrículas das Escolas e Centros de Educação Infantil, e emitir históricos escolares de cursos concluídos em unidades escolares extintas;

d - Coordenar, acompanhar e promover meios para a organização e funcionamento dos Órgãos Colegiados;

e - Planejar, coordenar e acompanhar o cumprimento do calendário escolar na Rede Municipal de Ensino;

f - Minutar Resoluções, Portarias, Editais e demais atos normativos;

g - Manter atualizado o cadastramento das unidades escolares da rede municipal nas plataformas dos entes federados;

h - Cadastrar e assessorar tecnicamente as unidades escolares, com vistas à utilização adequada dos recursos recebidos dos entes federados;

i - Elaborar o calendário escolar em conjunto com os Núcleos da Secretaria e Escolas Municipais e acompanhar o cumprimento do mesmo na Rede Municipal de Ensino;

g - Analisar os dados educacionais, e repassar ao Núcleo Pedagógico objetivando a proposição de medidas de intervenção pedagógica;

l - Acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos Regimentos Escolares das unidades escolares;

m - Planejar, promover, coordenar, acompanhar e avaliar programas de formação continuada para os Secretários Escolares necessários ao bom funcionamento da unidade escolar, e de acordo com a demanda da rede;

n - Elaborar e aplicar instrumentos de acompanhamento da movimentação escolar do aluno, sistematizando os dados;

o - Acompanhar e monitorar o portal operacional e de gestão do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec);

p - Dar suporte aos Municípios de Anastácio, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Bodoquena como Articuladora de Gestão, Formação e Mobilização da Rede RENALFA do Ministério da Educação.

## **IV - Equipe Multidisciplinar:**

a - Realizar, após o recebimento do relatório de desempenho da criança/estudante com a intervenção pedagógica do professor, avaliado pelo Núcleo Pedagógico da SEMED/Educação Especial, triagem, avaliação de demanda, encaminhamento, orientação e monitoramento de atendimentos às crianças/ estudantes que apresentarem, conforme avaliação clínica efetuada pela SESAU, atraso no desenvolvimento e/ou dificuldades de aprendizagem, acompanhando o devido referenciamento às especialidades clínicas;

b - Propor e realizar, quando necessário, avaliação psicossocial da criança/estudante encaminhado pelas unidades de ensino;

c - Analisar e propor estudos e/ou metodologias que assegurem a implementação das estratégias e metas estabelecidas pela Escola no Planejamento Educacional Individualizado - PEI;

d - Mobilizar todas as esferas administrativas e as instituições que atuam ou interferem na Política Municipal de Educação;

e - Promover encontros/reuniões, palestras, formação continuada aos coordenadores pedagógicos, professores (regentes, de apoio e de áreas específicas), pais e/ou responsáveis, assim como os demais integrantes da SESAU e SAS para, então emitir relatórios sobre a evolução de desempenho de crianças/estudantes em processo de avaliação/acompanhamento, visando seu avanço nas etapas de ensino;





f - Manter atualizado os prontuários pedagógicos, de saúde e de atendimentos psicossocial de cada criança/estudante que esteja em acompanhamento pela Equipe Multidisciplinar, com a devolutiva dos encaminhamentos e logística de transporte, quando necessário, aos CMEIs/CMAs/ESCOLAS de origem.

**V - Recursos Humanos:**

a - Responder pelos processos de readaptação os servidores da Rede Municipal de Educação;

b - Atender os servidores readaptados na entrega dos boletins médicos;

c - Mediar os contatos entre os servidores readaptados com o Núcleo de perícia;

d - Verificar as readaptações e encaminhar o servidor readaptado para escola, CMEI ou CMA após deferimento da Secretária de Educação;

e - Acompanhar os processos de Licença-Prêmio;

f - Dar parecer aos processos da Secretaria Municipal de Educação, após leitura e deferimento da Secretária de Educação;

g - Orientar a elaboração dos mapas de frequência das escolas da Rede Municipal de Ensino, e dos Projetos AABB e SESI conferindo o corpo administrativo e docente, quanto a formação, carga horária, turmas, turnos, quantidade de horas aulas e disciplinas;

g - Elaborar diretrizes, normas e procedimentos de organização no desenvolvimento dos mapas de frequência das escolas;

h - Responder como membro da COMVAPE pela distribuição das fichas de avaliação do estágio probatório, como também recolher e finalizar os procedimentos solicitados para devolução ao órgão competente;

i - Atuar e responder pelo processo de lotação dos servidores administrativos e dos professores efetivos da área indígena juntamente com a Comissão de Lotação;

j - Organizar e analisar o recebimento de documentos para os contratos por prazo determinado de professor e administrativo da área indígena;

l - Prestar atendimentos aos professores e servidores administrativos efetivos e contratados;

m - Verificar junto ao protocolo da prefeitura a situação dos servidores lotados na área indígena, no que se refere aos atestados médicos e outros.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

**Prefeito Municipal de Aquidauana**





**LEI ORDINÁRIA N.º 3.051/2025**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O CLUBE DE REGATAS AQUIDAUANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com o Clube de Regatas Aquidauana (CPNJ: 03.158.919/0001-04), entidade sem fins lucrativos, com a finalidade de repassar recursos destinados ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem, transporte e taxas, visando à participação do referido time no Campeonato Estadual de Futebol de Mato Grosso do Sul – Série A de 2026, conforme as condições estabelecidas nesta Lei.

**Art. 2.º** - O valor máximo a ser repassado à entidade será de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), cujo repasse ocorrerá mediante cronograma de desembolso a ser definido em instrumento jurídico próprio.

**Parágrafo único** - A colaboração será concedida mediante a apresentação do Plano de Trabalho condizente com o objeto, e demais documentos solicitados pela Administração Pública Municipal.

**Art. 3.º** - Para disciplinar o recebimento e a aplicação dos recursos concedidos por essa Lei, o Poder Executivo Municipal celebrará Termo de Fomento.

**Art. 4.º** - A entidade beneficiada submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo estando obrigada a prestar contas à municipalidade no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, com os demonstrativos exigidos no termo.

**§ 1.º** - A entidade deverá efetuar abertura de conta corrente específica em instituição financeira oficial, a fim de receber e movimentar os valores dos repasses, objeto da presente Lei.

**§ 2.º** - A entidade fica autorizada a utilizar o valor do repasse para custear despesas relacionadas à participação no Campeonato Estadual de Futebol de Mato Grosso do Sul – Série A de 2026, incluindo, entre outras, alimentação, hospedagem, transporte, taxas e demais ações indispensáveis à participação no evento esportivo.

**§ 3.º** - A entidade deverá fazer constar em material de divulgação e/ou mídias sociais o apoio do Município de Aquidauana.

**§ 4.º** - A não prestação de contas no prazo estipulado impedirá o recebimento da parcela seguinte, bem como a prorrogação do termo celebrado.

**Art. 5.º** - As despesas oriundas da execução dessa Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do fluente exercício, podendo ser suplementada, se necessário, observando-se para esse fim o disposto no art. 43, da Lei Federal n.º 4.320/64 e suas alterações, e também na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 6.º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

**Prefeito Municipal de Aquidauana**

**LEI ORDINÁRIA N.º 3.052/2025**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR LOTES DE TERRENO DE SUA PROPRIEDADE AOS BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE INTERESSE SOCIAL DENOMINADO PROJETO LOTE URBANIZADO.”**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a doar às famílias beneficiárias selecionadas no âmbito do Projeto Lote Urbanizado, instituído pela Lei Estadual nº 4.888/2016 os lotes sociais assim identificados:

20 (vinte) terrenos regularizados, com as respectivas matrículas individualizadas, localizados no Loteamento JARDIM PANTANAL, conforme tabela abaixo:

| LOTE | QUADRA | MATRÍCULA |
|------|--------|-----------|
| 01   | 10     | 17.987    |
| 02   | 10     | 17.988    |
| 01   | 13     | 18.041    |
| 02   | 13     | 18.042    |
| 03   | 13     | 18.043    |
| 04   | 13     | 18.044    |
| 05   | 13     | 18.045    |
| 06   | 13     | 18.046    |
| 07   | 13     | 18.047    |
| 08   | 13     | 18.048    |





|    |    |        |
|----|----|--------|
| 09 | 13 | 18.049 |
| 10 | 13 | 18.050 |
| 11 | 13 | 18.051 |
| 12 | 13 | 18.052 |
| 13 | 13 | 18.053 |
| 14 | 13 | 18.054 |
| 15 | 13 | 18.055 |
| 16 | 13 | 18.056 |
| 17 | 13 | 18.057 |
| 18 | 13 | 18.058 |

**Art. 2.º** - Os referidos Lotes serão doados as famílias selecionadas em Programa de Habitação de Interesse Social, instituído pelo Município, Estado ou União, com a finalidade exclusiva de construção de moradias em conformidade com as normas estabelecidas nos referidos programas.

**Art. 3.º** - A pessoa beneficiária terá o encargo de utilizar o imóvel doado nos termos desta Lei, exclusivamente para moradia após a conclusão da construção de unidades habitacionais, conforme regras do programa e parceria firmada pelo Município.

**Parágrafo único:** O beneficiário da doação não poderá vender, alugar, ceder ou abandonar a unidade habitacional pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar do recebimento da unidade habitacional, sob pena de reversão da doação ao Município e reembolso dos recursos públicos investidos.

**Art. 4.º** - A construção das Unidades Habitacionais nos imóveis a serem doados nos termos desta Lei ficará dispensada de pagamento dos seguintes tributos e taxas municipais:

**I** – IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, no período compreendido da construção até a expedição do habite-se;

**II** – ISSQN – Isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura necessária a viabilização do empreendimento;

**III** – Taxas referentes à expedição de alvará de construção e habite-se;

**IV** - ITBI - Imposto de Transmissão de bens imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para a pessoa beneficiada, na efetivação a doação.

**Art. 5.º** - As localizações dos lotes a serem doados não serão de escolha do beneficiário e serão definidas pelo sorteio de seleção do programa, sendo autorizado ao Poder Executivo estabelecer outros critérios, desde que impessoais e objetivos e não sejam ofensivos à moralidade e aos demais princípios regentes da Administração Pública.

**Art. 6.º** - O Município poderá às suas expensas, deverá escriturar o terreno em nome do beneficiário, fazendo constar na matrícula cláusula reversiva para o caso do não cumprimento das obrigações e encargos previstos no art. 3º desta Lei.

**Art. 7.º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Parceria com as demais instituições públicas ou privadas para concretização de Programa Habitacional de Interesse Social.

**Art. 8.º** - Só poderão ser beneficiadas pelo programa de interesse social as famílias que atendam aos critérios estabelecidos na respectiva legislação do Programa instituído.

**Art. 9.º** - As despesas serão desenvolvidas, dentro da previsão do PPA, LDO e LOA e dos planos anuais estabelecidos pelo Conselho Gestor de Habitação, correndo a despesa por conta do recurso orçamentário do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

**Art. 10** - A doação de que trata esta Lei dar-se-á em estrita observância à legislação pertinente, sendo dispensada a licitação, nos termos do §6º do art. 76 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser formalizada mediante escritura pública.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 09 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

**Prefeito Municipal**





**LEI ORDINÁRIA N.º 3.053/2025**

**“DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL E AUTORIZA O REMANEJAMENTO DE RECURSOS NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - Fica extinto o Fundo Municipal de Investimentos Sociais de Aquidauana/MS, instituído pela Lei Municipal nº 1.749 de 04/08/2000.

**Art. 2.º** - Os recursos financeiros remanescentes deverão ser transferidos para o Tesouro Municipal e aplicados em ações de desenvolvimento social, em consonância com as diretrizes das políticas públicas do Município.

**Art. 3.º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover o remanejamento, transposição e transferência de recursos originalmente destinados ao FMIS para outras unidades e dotações orçamentárias do município, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, para viabilizar a execução de programas prioritários de desenvolvimento social e de interesse público.

**Art. 4.º** - Em caso de existência de bens patrimoniais vinculados ao FMIS, estes também serão transferidos para o Tesouro Municipal, assegurando-se sua destinação para finalidades de interesse público, conforme o planejamento e as normas de gestão patrimonial do Município.

**Art. 5.º** - Fica o setor de contabilidade do Município autorizado a realizar as atualizações, comunicações e cadastramentos necessários relativos à extinção do FMIS junto aos órgãos de controle, fiscalização e registro competentes, em conformidade com as normas e procedimentos aplicáveis.

**Art. 6.º** - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.749 de 04/08/2000, que cria o Fundo Municipal de Investimentos Sociais - FMIS.

**Art. 7.º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA-MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

**Prefeito Municipal de Aquidauana**

**LEI COMPLEMENTAR N.º 125/2025**

**“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 017/2009 DE 29/12/2009 QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1.º** - Fica alterado o art. 420 da Lei Complementar nº 017/2009, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 420.** *A base de cálculo da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública é o valor do consumo mensal de energia elétrica do contribuinte, observando-se a faixa de consumo constante no Anexo X da presente Lei Complementar.*

**§1º** *Para obtenção do valor das alíquotas da contribuição de que trata esta lei, constantes do Anexo X, serão aplicadas sobre o valor da Tarifa de Energia Elétrica para Iluminação Pública, fixada por ato da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.*

**§2º** *Os contribuintes/imóveis que utilizam geração distribuída e estejam enquadrados no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), conforme definido pela legislação federal e regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), contribuirão com base no consumo total de energia elétrica registrado pela unidade consumidora, desconsiderando os créditos de energia gerados e compensados, conforme os parâmetros estabelecidos na Tabela 02 do Anexo X desta Lei Complementar.*

**Art. 2.º** - Inclui a Tabela 02 e alterada o Anexo X da Lei Complementar nº 017/2009, que trata da cobrança da contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO X**

**TABELA 01- CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

**CONTRIBUIÇÃO MENSAL**

| CLASSE                              | FAIXA CONSUMO<br>KWh/MÊS | ALÍQUOTA (%)<br>RESIDENCIAL | ALÍQUOTA (%)<br>COMERCIAL INDUSTRIAL |
|-------------------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|
| RESIDENCIAL<br>COMERCIAL INDUSTRIAL | 0 – 80                   | 0%                          | 0%                                   |
|                                     | 81 – 100                 | 2,5%                        | 5%                                   |
|                                     | 101 – 200                | 5%                          | 10%                                  |
|                                     | 201 – 300                | 10%                         | 15%                                  |
|                                     | 301 – 500                | 15%                         | 20%                                  |
|                                     | 501 – 700                | 20%                         | 25%                                  |





|  |               |     |     |
|--|---------------|-----|-----|
|  | 701 – 1.000   | 25% | 30% |
|  | 1.001 – 1.500 | 30% | 40% |
|  | 1.501 – acima | 50% | 60% |

**TABELA 02- CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**  
**CONTRIBUINTES COM ENERGIA INJETADA (SOLAR TERMICA OU SOLAR FOTOVOLTAICA)**

| CLASSE                                 | FAIXA CONSUMO<br>KWh/MÊS | ALÍQUOTA (%)<br>RESIDENCIAL | ALÍQUOTA (%)<br>COMERCIAL INDUSTRIAL |
|----------------------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|
| RESIDENCIAL<br>COMERCIAL<br>INDUSTRIAL | 0 - 501                  | 15%                         | 20%                                  |
|                                        | 501 – 1.000              | 20%                         | 25%                                  |
|                                        | 1.001 – 1.500            | 25%                         | 35%                                  |
|                                        | 1.501 – acima            | 60%                         | 60%                                  |

**Art. 3.º** - A Lei Complementar nº 017/2009, passa a vigorar acrescida do art. 421-A:

**Art. 421-A** Os contribuintes enquadrados na Tabela 02 Anexo X desta Lei Complementar, deverão apresentar autorização de doação/cedência referente ao saldo remanescente acumulado constante em sua unidade consumidora, no mínimo 60(sessenta) dias antes de expirar/vencer.

**Parágrafo único.** O contribuinte que não cumprir com o estabelecido no caput deste artigo, ficará enquadrado na Tabela 01 do Anexo X desta Lei Complementar.

**Art. 4.º** - Esta Lei Complementar entra em vigor em 90 (noventa) dias após a data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

Prefeito Municipal de Aquidauana

## DECRETOS

### DECRETO MUNICIPAL N.º 255/2025

**“Dispõe sobre a atualização da Planta Genérica de Valores para fins do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU referente ao exercício de 2026 e dá outras providências.”**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA - PREFEITO MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização da Planta Genérica de Valores do município de Aquidauana para o exercício de 2026,

**CONSIDERANDO** o disposto no §1º do art. 212 da Lei Complementar nº 017, de 18 de dezembro de 2009, no tocante a atualização da Planta Genérica de Valores.

### **D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de janeiro a dezembro de 2025, o valor de, 4,46%, (quatro vírgula quarenta e seis por cento), os preços constantes da Planta Genérica de Valores para o exercício de 2026.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Aquidauana/MS, 22 de dezembro de 2025.

**MAURO LUIZ BATISTA**

Prefeito Municipal de Aquidauana







## LICITAÇÕES

### SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 227/2025

#### INEXIGIBILIDADE Nº 55/2025

A Secretária Municipal de Educação do município de Aquidauana/MS responsável pela gestão e acompanhamento da execução da Inexigibilidade nº 55/2025, no uso de suas atribuições legais e a fim de atender o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e amparado pelo Art. 90 da Lei Complementar Municipal nº 11/2009, vem por meio desta resolução delegar a servidora Cristiane Ocampos, com o CPF nº xxx.933.951.xx, para substituir a servidora Gisele Antônia Oshiro Tamanaka, CPF nº XXX. 859.211-XX, para exercer a função de Fiscal do referido contrato.

Aquidauana/MS, 22 de dezembro de 2025.

\_\_\_\_\_  
Wilsandra Aparecida de Lima Beda

Gestora do Contrato

Ciente:

\_\_\_\_\_  
Cristiane Ocampos

Fiscal do Contrato

### EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2025

**PARTES:** O Município de Aquidauana-MS, inscrito no CNPJ sob o nº03.452.299/0001-03, e a **ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA KALI HITÛRI**, inscrita no CNPJ sob o nº53.301.122/0001-84.

**OBJETO:** O presente termo tem por objeto a realização de curso de capacitação e culinária profissionalizante, com foco em gastronomia local dos povos originários indígenas, contribuindo com a aquisição de materiais necessários à execução, conforme as condições estabelecidas no Plano de Trabalho.

**AMPARO LEGAL:** Este instrumento é firmado com fundamento no art. 12 da Lei Federal n. 4.320, de 17.3.1964, lei Federal 14.133/2021, lei Federal nº 13.019/2014, e na **Lei Municipal nº 3.041/2025**, conforme prerrogativa discricionária gizada no art. 30 da Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

**VALOR:** O valor atribuído ao presente Termo de Fomento é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes deste Termo de Fomento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 20.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 20.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNCIONAL: 08.244.0218 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 – APOIO AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

ELEMENTO: 3.3.50.43.00.00.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

CÓDIGO REDUZIDO: 58

**VIGÊNCIA:** 31 de janeiro de 2026.

**Assinam:**

**Mauro Luiz Batista** - Prefeito Municipal – Concedente

**Clériton Alvarenga Ferreira** – Secretário de Assistência Social– Concedente

**JOSUÉ MARTINS** - Presidente da associação



## RESOLUÇÕES



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Prefeitura Municipal de Aquidauana**  
**Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**  
**Conselho Municipal de Saúde**

Lej de Criação nº 1.247 de 27/06/1991

Alterações: Lei nº 1.377 de 14/12/1992; Lei nº 1.691 de 13/11/1998  
Rua: Honório Simões Pires, nº 618, Aquidauana-MS - Telefone (67) 99171-9611  
E-mail: [cmsaquidauana@outlook.com](mailto:cmsaquidauana@outlook.com)

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AOUIDAUANA – MS**

## RESOLUÇÃO Nº27/2025

### Composição Comissão de Saúde das Mulheres

O Conselho Municipal de Saúde de Aquidauana, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990, pela Lei Orgânica da Saúde Lei nº 8.080/1990 e pela legislação municipal vigente,

**Considerando** a apresentação explícita pela gestão aos conselheiros municipais de saúde na 345ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2025.

**Considerando** o papel do Conselho Municipal de Saúde no acompanhamento, controle e avaliação da execução das políticas e ações de saúde no âmbito municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar as Deliberações referentes a composição da Comissão de Saúde das Mulheres, conforme critérios estabelecidos pelo conselho municipal de saúde, ficando referida comissão constituída pelos membros indicados e aprovados em plenária.

Eliete Ravaglia Cuandú

Clery Antônia Arcas Topal Paes Leme

Eva Teixeira dos Santos

Senair de Oliveira Crispim

Jéssica Casanova García

Vânia Lucia Pereira Leandro

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde.



Documento assinado digitalmente  
**HEVERTON BANDEIRA BASTOS**  
Data: 18/12/2025 10:29:39-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Aquidauana-MS 17 de dezembro de 2025

**HEVERTON BANDEIRA BASTOS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**Homologado em:**

SANDRA MARIA  
SANTOS  
CALONGA:93564325  
115

**SANDRA MARIA SANTOS CALONGA**  
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Assinado digitalmente por SAH DRA MARIA SANTOS  
CALONGA: 9566432515  
ID C=BR, O=CP-Brasil, OU=40 80 LEFT Multiple v5,  
OU=27805 544001125, O=Preston d., OU=Certificad  
PF A3, CN=SAH DRA MARIA SANTOS  
CALONGA: 9566432515  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização  
Data: 2025.12.18 12:11:06-0300  
End: P.D.F. Digital Versão: 2025.20



Prefeitura Municipal de  
AQUIDAUANA  
[www.aquidauana.ms.gov.br](http://www.aquidauana.ms.gov.br)  
VOLTAR AO INÍCIO



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Prefeitura Municipal de Aquidauana**  
**Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**  
**Conselho Municipal de Saúde**

Lei de Criação nº 1.247 de 27/06/1991  
Alterações: Lei nº 1.377 de 14/12/1992; Lei nº 1.691 de 13/11/1998  
Rua: Honório Simões Pires, nº 618, Aquidauana-MS - Telefone (67) 99171-9611  
E-mail: [cmsaquidauana@outlook.com](mailto:cmsaquidauana@outlook.com)

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDAUANA – MS**

**RESOLUÇÃO Nº28/2025**

**Indicação para recomposição de mandato da comissão Intersetorial Saúde do Trabalhador/CISTT/CES-MS**

O Conselho Municipal de Saúde de Aquidauana, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990, pela Lei Orgânica da Saúde Lei nº 8.080/1990 e pela legislação municipal vigente,

**Considerando** a indicação pela Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador Municipal aos conselheiros municipais de saúde na 345ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2025.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar a indicação do membro representante do conselho Municipal de Aquidauana para compor a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora CISTT, conforme a relação apresentada e aprovada em reunião ordinária. Senair de Oliveira Crispim.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde.

gov.br  
Documento assinado digitalmente  
**HEVERTON BANDEIRA BASTOS**  
Data: 18/12/2025 10:30:33-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Aquidauana-MS 17 de dezembro de 2025

**HEVERTON BANDEIRA BASTOS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado em:

SANDRA MARIA SANTOS  
CALONGA-9356432511  
5  
SANDRA MARIA SANTOS CALONGA  
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Prefeitura Municipal de Aquidauana**  
**Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**  
**Conselho Municipal de Saúde**

Lei de Criação nº 1.247 de 27/06/1991

Alterações: Lei nº 1.377 de 14/12/1992; Lei nº 1.691 de 13/11/1998  
Rua: Honório Simões Pires, nº 618, Aquidauana-MS - Telefone (67) 99171-9611  
E-mail: [cmsaquidauana@outlook.com](mailto:cmsaquidauana@outlook.com)

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDAUANA – MS**

**RESOLUÇÃO Nº29/2025**

**Solicitação a alteração no Credenciamento nº01/2023 INCLUINDO PROCEDIMENTO.**

O Conselho Municipal de Saúde de Aquidauana, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990, pela Lei Orgânica da Saúde Lei nº 8.080/1990 e pela legislação municipal vigente,

**Considerando** a apresentação explícita pela gestão aos conselheiros municipais de saúde na 345ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2025.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar a alteração no Credenciamento nº01/2023 INCLUINDO PROCEDIMENTO, bem como a inclusão de novos procedimentos, conforme documentação apresentada e apreciada pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde.

| ATENDIMENTO AMBULATORIAL |                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                            |                                            |              |                   |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------|-------------------|
| ITEM                     | ESPECIALIDADE                                                                                                                                                                                                 | PROCEDIMENTO                                                                                                                                                                                                                                               | UNIDADE                                    | VALOR        | Demanda Reprimida |
| 4                        | Cirurgião Dentista com Aperfeiçoamento em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial com atuação em Cirurgia Oral Menor, Capacitação em Diagnóstico ao Câncer Bucal com atuação em Exérese de Lesões Bucais. | Cirurgia Dentes Inclusos, Semi-Inclusos e Impactados; Cirurgias Pré-Protéticas; Frenectomia/Frenulectomia; Biopsias; Exérese de mucocele; Exérese de lesões em tecidos moles e mucosa oral e demais procedimentos relacionados as cirurgias orais menores. | Teto de procedimento: 45 procedimentos/mês | R\$ 4.192,87 | 682 pacientes     |

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Prefeitura Municipal de Aquidauana**  
**Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**  
**Conselho Municipal de Saúde**

Lei de Criação nº 1.247 de 27/06/1991

Alterações: Lei nº 1.377 de 14/12/1992; Lei nº 1.691 de 13/11/1998  
Rua: Honório Simões Pires, nº 618, Aquidauana-MS - Telefone (67) 99171-9611  
E-mail: [cmsaquidauana@outlook.com](mailto:cmsaquidauana@outlook.com)

Aquidauana-MS 17 de dezembro de 2025

gov.br

Documento assinado digitalmente  
**HEVERTON BANDEIRA BASTOS**  
Data: 18/12/2025 10:30:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**HEVERTON BANDEIRA BASTOS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**Homologado em:**

**SANDRA MARIA SANTOS**  
CALONGA:9356432515

**SANDRA MARIA SANTOS CALONGA**  
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Acesso digitalmente por SANDRA MARIA SANTOS  
CALONGA 2026-02-28 11:5  
NO CARB Q:\ICP\carb QUA-AC SOLUFI Multiple v5  
QUA-27303 14-09-0125 QUA-Presencial QUA-Caribbea  
P: A3 CNA-SANDRA MARIA SANTOS  
CALONGA 2026-02-28 11:5  
Razão Su sou o autor deste documento  
Localização  
Data 2026-12-13 12:11:20-0200



Prefeitura Municipal de  
AQUIDAUANA  
[www.aquidauana.ms.gov.br](http://www.aquidauana.ms.gov.br)  
VOLTAR AO INÍCIO



|                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <p><b>CONSELHO<br/>MUNICIPAL<br/>DE SAÚDE</b></p> | <p><b>ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL</b><br/><b>Prefeitura Municipal de Aquidauana</b><br/><b>Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento</b><br/><b>Conselho Municipal de Saúde</b></p> <p>Lei de Criação nº 1.247 de 27/06/1991</p> <p>Alterações: Lei nº 1.377 de 14/12/1992; Lei nº 1.691 de 13/11/1998<br/>Rua: Honório Simões Pires, nº 618, Aquidauana-MS - Telefone (67) 99171-9611<br/>E-mail: <a href="mailto:cmsaquidauana@outlook.com">cmsaquidauana@outlook.com</a></p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDAUANA – MS**

**RESOLUÇÃO Nº30/2025**

**Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Aquidauana-2026.**

O Conselho Municipal de Saúde de Aquidauana, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990, pela Lei Orgânica da Saúde Lei nº 8.080/1990 e pela legislação municipal vigente.

**Considerando** a apresentação explícita pela gestão aos conselheiros municipais de saúde na 345ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2025.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Aquidauana para o ano de 2026**, conforme cronograma apresentado. Podendo ser alterado mediante deliberação do plenário, quando necessário.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Prefeitura Municipal de Aquidauana**  
**Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**  
**Conselho Municipal de Saúde**

Lei de Criação nº 1.247 de 27/06/1991  
Alterações: Lei nº 1.377 de 14/12/1992; Lei nº 1.691 de 13/11/1998  
Rua: Honório Simões Pires, nº 618, Aquidauana-MS - Telefone (67) 99171-9611  
E-mail: [cmsaquidauana@outlook.com](mailto:cmsaquidauana@outlook.com)



PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDAUANA

**CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS CMS**  
**AQUIDAUANA – ANO 2026**

| DATA       | MÊS       | HORÁRIO | ESPECIFICAÇÕES         |
|------------|-----------|---------|------------------------|
|            | JANEIRO   | RECESSO |                        |
| 09/02/2026 | FEVEREIRO | 13h30   | 346ª Reunião Ordinária |
| 09/03/2026 | MARÇO     | 13h30   | 347ª Reunião Ordinária |
| 13/04/2026 | ABRIL     | 13h30   | 348ª Reunião Ordinária |
| 11/05/2026 | MAIO      | 13h30   | 349ª Reunião Ordinária |
| 08/06/2026 | JUNHO     | 13h30   | 350ª Reunião Ordinária |
| 13/07/2026 | JULHO     | 13h30   | 351ª Reunião Ordinária |
| 10/08/2026 | AGOSTO    | 13h30   | 352ª Reunião Ordinária |
| 14/09/2026 | SETEMBRO  | 13h30   | 353ª Reunião Ordinária |
| 13/10/2026 | OUTUBRO   | 13h30   | 354ª Reunião Ordinária |
| 09/11/2026 | NOVEMBRO  | 13h30   | 355ª Reunião Ordinária |
| 14/12/2026 | DEZEMBRO  | 13h30   | 356ª Reunião Ordinária |

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
HEVERTON BANDEIRA BASTOS  
CPF: 383.132.023-1 (CPF-MS-000)  
Verifique em: <https://validar.itl.gov.br>

HEVERTON BANDEIRA BASTOS  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AQUIDAUANA-MS

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde.

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
HEVERTON BANDEIRA BASTOS  
Data: 18/12/2025 10:44:44-0300  
Verifique em: <https://validar.itl.gov.br>

Aquidauana-MS 17 de dezembro de 2025

**HEVERTON BANDEIRA BASTOS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado em:

SANDRA MARIA SANTOS  
CALONGA: 93564325115  
SANDRA MARIA SANTOS CALONGA  
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Assinado digitalmente por SANDRA MARIA SANTOS  
CPF: 383.132.023-1 (CPF-MS-000)  
HEVERTON BANDEIRA BASTOS  
CPF: 383.132.023-1 (CPF-MS-000)  
Verifique em: <https://validar.itl.gov.br>



ATA

ATA Nº 001/2025

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e trinta minutos, os membros do Conselho Municipal de Esportes, indicados pelo poder Executivo e por Entidades Representativas da Sociedade Civil, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, localizada no Poliesportivo de Aquidauana, à Rua Oscar Trindade de Barros, S/N, com o objetivo principal de apresentar a prestação de contas do ano de 2025 no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025, e também sobre encerramento do Conselho Municipal de Esportes. A reunião foi iniciada e conduzida pelo Presidente do conselho, Wellington Moresco, que iniciou sua fala agradecendo a presença de todos os conselheiros. Em seguida, o presidente apresentou o relatório aos conselheiros apontando o detalhamento das operações financeiras realizadas, destacando as contas pagas. Foi solicitado por parte dos conselheiros as movimentações por meio dos processos e planilhas, e quando surgiam questionamentos, o presidente da entidade explicava de forma mais minuciosa. Durante a reunião, foram abordados outros temas importantes para o conselho, como a relevância da presença dos conselheiros nas reuniões e dos debates sobre os recursos utilizados do município. E por fim foi falado a respeito do encerramento do Conselho Municipal de Esportes justificado pela mudança da entidade esportiva municipal que passou de Fundação para Secretaria. Ficou acordado que estaremos verificando junto a parte jurídica da Prefeitura a manutenção do conselho em atividade, pela sua relevância ao esporte. Após analisarem os balancetes, as contas foram aprovadas pelos membros do Conselho Municipal de Esportes. Mais uma vez, o presidente, Wellington Moresco agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Sem nada a mais a relatar, eu, Guilherme Santos de Aquino, lavrei e assinei esta ata juntamente com os demais presentes. Aquidauana-MS, 17 de dezembro de 2025.

Antonio Vento de Souza, Alfredo R. de Oliveira Junior,  
Wilson Luis dos Anjos, João Búcio Echeverria,  
Lázaro Antônio de Sena, Guilherme Santos de Aquino,  
Oswaldo Benedito Junior, Luana Rêda Echeverria, Wellington Moresco



**AQUIDAUANA PREV**

**PORTARIAS**



**PORTARIA Nº 394/2025**

Dispõe sobre a alteração do horário de atendimento ao público no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Aquidauana – AQUIDAUANA PREV.

**DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE AQUIDAUANA – AQUIDAUANA PREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,**

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do horário de atendimento ao público para melhor organização dos serviços e eficiência administrativa;

**CONSIDERANDO** a conveniência de compatibilizar o funcionamento do Instituto com a demanda dos segurados e pensionistas;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**

Fica estabelecido que o horário de atendimento ao público no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Aquidauana – AQUIDAUANA PREV será das **07h00 às 13h00**, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

**Art. 2º**

Os setores internos deverão ajustar suas rotinas de trabalho de modo a garantir a continuidade e eficiência dos serviços prestados.

**Art. 3º**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Aquidauana/MS, 22 de dezembro 2025.**

**GILSON SEBASTIÃO MENEZES**  
Diretor-Presidente do AQUIDAUANA PREV





## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026



## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV

|                                                           |  |                                  |                               |
|-----------------------------------------------------------|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Política de Investimentos                                 |  | VERSÃO<br>01.2026                | APROVADO<br>...../...../..... |
| Elaboração: Gestor dos Recursos e Comitê de Investimentos |  | Aprovação: Conselho Deliberativo |                               |





## SUMÁRIO

|     |                                                 |    |
|-----|-------------------------------------------------|----|
| 1.  | INTRODUÇÃO.....                                 | 3  |
| 2.  | OBJETIVO.....                                   | 4  |
| 3.  | CATEGORIZAÇÃO DO RPPS.....                      | 5  |
| 4.  | ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA.....           | 6  |
| 5.  | META DE RENTABILIDADE.....                      | 8  |
| 6.  | ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS.....           | 9  |
| 7.  | EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.....                      | 18 |
| 8.  | CONTROLE DE RISCO.....                          | 23 |
| 9.  | ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT..... | 28 |
| 10. | EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....          | 28 |
| 11. | POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA.....                  | 29 |
| 12. | CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE.....             | 29 |
| 13. | PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS.....                     | 34 |
| 14. | FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES.....            | 40 |
| 15. | POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....     | 40 |
| 16. | PLANO DE CONTINGÊNCIA.....                      | 41 |
| 17. | CONTROLES INTERNOS.....                         | 42 |
| 18. | DISPOSIÇÕES GERAIS.....                         | 43 |
| 19. | ASSINATURAS.....                                | 44 |
|     | ANEXO I – PANORAMA ECONÔMICO.....               | 48 |

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







## 1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Investimentos tem como propósito estabelecer os fundamentos que nortearão a aplicação dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**. Trata-se de um documento estratégico que reflete o compromisso da unidade gestora com a boa governança, a sustentabilidade e a proteção do patrimônio previdenciário.

Este instrumento busca assegurar que as decisões de investimento sejam tomadas de forma planejada, responsável e transparente, garantindo o alinhamento entre os recursos financeiros disponíveis e as obrigações previdenciárias assumidas. Para tanto, define diretrizes, limites, critérios de risco e mecanismos de acompanhamento que permitem à gestão previdenciária atuar de maneira prudente e eficiente.

A Política de Investimentos é também um instrumento de comunicação e prestação de contas à sociedade, aos segurados e beneficiários, bem como aos órgãos de controle. Sua função é demonstrar a seriedade com que a unidade gestora administra recursos de natureza pública, adotando práticas que privilegiam a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a solvência, sempre em equilíbrio com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Assim, esta Política de Investimentos representa, portanto, o compromisso do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** com a boa gestão dos recursos previdenciários, garantindo segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação às obrigações e transparência em todas as etapas de suas operações.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







## 2. OBJETIVO

O objetivo central desta Política de Investimentos é estabelecer as diretrizes que assegurem a aplicação responsável e eficiente dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, de forma a preservar seu equilíbrio financeiro e atuarial e garantir o pagamento presente e futuro dos benefícios previdenciários.

Busca-se alinhar a estratégia de investimentos às necessidades de curto, médio e longo prazo do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, assegurando a compatibilidade entre os ativos financeiros e as obrigações previdenciárias assumidas. Para tanto, este documento orienta a seleção, a alocação e o monitoramento dos investimentos, com base em princípios de prudência, diversificação e sustentabilidade.

Além de servir como guia para a tomada de decisões, a Política de Investimentos cumpre a função de reforçar a transparência na gestão pública, permitindo que segurados, beneficiários e órgãos de controle acompanhem de forma clara e objetiva as escolhas realizadas e os resultados obtidos.

Assim, este documento consolida-se como instrumento essencial para o fortalecimento da confiança na gestão previdenciária, contribuindo para a estabilidade do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** e para a proteção dos direitos presentes e futuros dos seus participantes.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





### 3. CATEGORIZAÇÃO DO RPPS

Para fins de classificação, os Regimes Próprios de Previdência Social podem ser enquadrados como **Investidor Comum, Qualificado ou Profissional**. Essa categorização é importante porque define quais tipos de investimentos o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** poderá acessar e em quais condições.

De forma prática, a classificação leva em consideração dois aspectos principais:

- **Patrimônio Aplicado:** o volume de recursos sob gestão, registrado no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;
- **Nível de Aderência ao Pró-Gestão RPPS:** certificação que avalia governança, controles internos e práticas de gestão.

Para ser reconhecido como **Investidor Qualificado**, o RPPS deve possuir patrimônio aplicado igual ou superior a R\$ 10 milhões e ter obtido Certificação Institucional no Pró-Gestão em um dos níveis de aderência. Já para a categoria de **Investidor Profissional**, exige-se patrimônio aplicado igual ou superior a R\$ 500 milhões, além da Certificação Institucional Pró-Gestão no Nível IV.

Caso o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** não atenda a esses requisitos, será classificado como **Investidor Comum**, ficando restrito a investimentos compatíveis com essa categoria, sem acesso a fundos destinados a investidores qualificados ou profissionais.

Para apoiar essa classificação, são observadas as seguintes informações:

| Análise do Perfil                            |                  |
|----------------------------------------------|------------------|
| Patrimônio Líquido sob gestão:               | R\$46.003.881,05 |
| Nível de Aderência conquistado no Pró-Gestão | NÍVEL II         |
| Vencimento da Certificação Pró-Gestão        | 15/01/2028       |

Fonte: O próprio INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV

Atualmente, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** encontra-se classificado como **INVESTIDOR QUALIFICADO**. Havendo a obtenção e/ou progressão na Certificação Pró-Gestão, a categorização será revista e o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverá promover as adequações necessárias nesta Política de Investimentos dentro de prazo de **até 90 (noventa) dias**, de forma a refletir fielmente sua nova condição de enquadramento.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





#### 4. ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Os responsáveis pela gestão da unidade gestora do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** têm como uma de suas principais responsabilidades a busca contínua pelo aperfeiçoamento técnico, exercendo suas atividades com boa-fé, legalidade e diligência. Devem zelar por elevados padrões éticos e adotar boas práticas de gestão previdenciária, em consonância com os princípios do Pró-Gestão, de modo a garantir o cumprimento das obrigações do regime.

Entende-se por responsáveis aqueles que participam dos processos de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão, assim como os agentes de mercado que atuam na distribuição, intermediação e administração de fundos de investimento e ativos financeiros relacionados. As atribuições de cada agente estão detalhadas nos manuais internos e nas políticas institucionais do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, instituídos como Regras, Procedimentos e Controles Internos.

A governança do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** é composta por instâncias que atuam de forma integrada e complementar:

- **Conselho Deliberativo:** órgão máximo de deliberação, responsável por aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução;
- **Conselho Fiscal:** responsável por fiscalizar a gestão administrativa, contábil e financeira;
- **Comitê de Investimentos:** órgão técnico de formulação e execução da Política de Investimentos, que analisa cenários, propõe estratégias e acompanha a performance da carteira de investimentos.

Todo o processo de execução da Política de Investimentos e de outras diretrizes legais devem ser deliberadas e fiscalizadas pelos conselhos competentes, com apoio dos mecanismos de controle interno, assegurando transparência e conformidade em todas as etapas.

##### 4.1. Modelo de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu art. 95, incisos I, II e III, a gestão das aplicações dos recursos poderá ser realizada por meio de gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** será **PRÓPRIA**.

A adoção deste modelo significa que a totalidade dos recursos financeiros ficará sob a gestão e responsabilidade do próprio **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, na figura dos colaboradores diretamente envolvidos no processo de gestão dos recursos e investimentos.

A gestão das aplicações dos recursos contará com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência, conforme exigido na Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







#### 4.2. Órgãos de Execução, Deliberação e Fiscalização

Os recursos financeiros do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do Ente Federativo. Esses mesmos recursos serão geridos em conformidade com a Política de Investimentos, com os critérios para credenciamento das Instituições Financeiras e contratação de prestadores de serviços.

A estrutura interna definida através da Lei Complementar nº. 111/2023, de 12 de dezembro de 2023, garante a segregação de atividades entre dirigentes, conselheiros, gestores dos recursos e membros do Comitê de Investimentos, em linha com as boas práticas de gestão e governança previdenciária.

##### 4.2.1. Conselho Deliberativo

Compete ao Conselho Deliberativo aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução, deliberar sobre as estratégias de gestão de recursos e zelar pelo cumprimento das normas e objetivos previdenciários. Atua como instância máxima de decisão no âmbito do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, com responsabilidade de orientar a condução da gestão em consonância com os princípios de legalidade, eficiência e interesse público.

##### 4.2.2. Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir parecer sobre a gestão administrativa, contábil e financeira, acompanhar a execução orçamentária e verificar a conformidade da aplicação dos recursos com a legislação vigente e com esta Política de Investimentos. Sua atuação assegura a fiscalização independente e contínua das atividades do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** fortalecendo o controle interno.

##### 4.2.3. Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos a formulação e execução da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, que devem submetê-la para aprovação do Conselho Deliberativo e fiscalização do Conselho Fiscal, ambos órgãos superiores de competência do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**.

##### 4.2.4. Conflito de Interesses

Em casos de Conflito de Interesse entre os membros integrantes do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal, a participação do conflitante como voto de qualidade será impedida e/ou anulada, sendo devidamente registrado em ata de reunião.

Não fica excluída a possibilidade da participação de um Consultor de Valores Mobiliários no fornecimento de “minuta” para a elaboração da Política de Investimentos, bem como propostas de revisão para apreciação do Gestor dos Recursos, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva.

#### 4.3. Observância aos Critérios de Elegibilidade

Os responsáveis pela gestão do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** e aqueles que participam diretamente do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão estão submetidos a critérios de elegibilidade, em razão da relevância de suas atribuições.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





Os critérios de elegibilidade e permanência nos cargos dentro do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** estão descritos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 ("Lei nº 9.717/1998"), incluídos pela Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 ("Lei nº 13.846/2019") e na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu Art. 76, além das exigências constantes no Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5.

Os membros da Diretoria Executiva, do Comitê de Investimentos, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Gestor dos Recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos:

- não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das situações de inelegibilidade previstas na legislação aplicável;
- possuir certificação válida, obtida junto a entidade certificadora reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Previdência, conforme os critérios do Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5;
- possuir experiência comprovada no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;
- ter formação superior.

Os critérios "a" e "b" se aplicam aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos.

De acordo com o Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5, os dirigentes, membros dos conselhos, o Gestor dos Recursos e os integrantes do Comitê de Investimentos estão obrigados a apresentar suas respectivas certificações dentro dos prazos estabelecidos. Caberá ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** e ao Ente Federativo verificar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e encaminhar as informações à Secretaria de Previdência.

A comprovação do critério "a" deverá ser atualizada a cada dois anos. Caso haja ocorrência impeditiva, o profissional deixará de ser considerado habilitado para o exercício da função a partir da data do ato ou fato obstativo. A comprovação do critério "b" será feita mediante apresentação do certificado emitido pela entidade certificadora após a obtenção da certificação RPPS, conforme as regras do Manual versão 1.5.

## 5. META DE RENTABILIDADE

A Portaria MTP nº 1.467/2022, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas avaliações atuariais seja equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ esteja o mais próximo à duração do passivo do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**.

A taxa atuarial de juros, também conhecida como meta atuarial, é utilizada no cálculo das avaliações atuariais para trazer ao valor presente líquido todos os compromissos do plano de benefícios ao longo

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







do tempo, determinando o montante de patrimônio que o RPPS deverá possuir para manter o equilíbrio atuarial.

Esse equilíbrio somente será possível se os recursos forem remunerados, no mínimo, por uma taxa igual ou superior. Caso a taxa que remunere os recursos seja inferior à taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará deficitário, comprometendo o pagamento futuro dos benefícios.

Considerando:

- a Portaria MPS nº 1.499, de 28 de maio de 2024, que estabelece a taxa de juros parâmetro cujo ponto da ETTJ mais próximo à duração do passivo do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, no valor de **(5,48% (cinco vírgula quarenta e oito por cento))**;
- a verificação do cumprimento da meta de rentabilidade nos últimos cinco exercícios antecedentes à data focal, podendo ser acrescidos 0,15 ponto percentual a cada ano na taxa de juros parâmetro definida, limitada a 0,6 ponto percentual;

Fica definida como Meta de Rentabilidade o valor de **IPCA + 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento)**. Já acrescido do percentual de 0,15% (zero vírgula quinze por cento), referente ao cumprimento da meta atuarial do exercício de 2023.

Observada a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, em cumprimento à Lei nº 9.717/1998, em seu art. 1º, a meta de rentabilidade poderá ser diferenciada por períodos dentro do próprio exercício, prospectada de acordo com o perfil da carteira de investimentos e com o cenário macroeconômico e financeiro.

## 6. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Os responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** devem observar os limites e critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos, na Resolução CMN nº 4.963/2021 e qualquer outro ato normativo relacionado ao tema, emitido pelos órgãos de fiscalização e orientação.

A estratégia de alocação dos recursos para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e das projeções futuras de déficit e/ou superávit.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





**Alocação Estratégica para o exercício de 2026 e os próximos 5 anos**

|                                                    |                                              |                                    | Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026 |                     |                     |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Segmento                                           | Tipo de Ativo                                | Limite da Resolução CMN % Nível II | Limite Inferior (%)                                       | Estratégia Alvo (%) | Limite Superior (%) |
| Renda Fixa                                         | 7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC   | 100,00%                            | 0,00%                                                     | 15,00%              | 75,00%              |
|                                                    | 7º I b - FI 100% Títulos TN                  | 100,00%                            | 20,00%                                                    | 30,00%              | 90,00%              |
|                                                    | 7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP     | 100,00%                            | 0,00%                                                     | 0,00%               | 0,00%               |
|                                                    | 7º II - Oper. compromissadas em TP TN        | 5,00%                              | 0,00%                                                     | 0,00%               | 0,00%               |
|                                                    | 7º III a - FI Referenciados RF               | 70,00%                             | 5,00%                                                     | 7,00%               | 65,00%              |
|                                                    | 7º III b - FI de Índices Referenciado RF     | 70,00%                             | 0,00%                                                     | 0,00%               | 65,00%              |
|                                                    | 7º IV - Renda Fixa de emissão bancária       | 20,00%                             | 5,00%                                                     | 7,00%               | 20,00%              |
|                                                    | 7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior | 10,00%                             | 0,00%                                                     | 0,00%               | 5,00%               |
|                                                    | 7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"     | 10,00%                             | 0,00%                                                     | 3,00%               | 5,00%               |
|                                                    | 7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura     | 10,00%                             | 0,00%                                                     | 0,00%               | 0,00%               |
| <b>Limite de Renda Fixa</b>                        |                                              | <b>100,00%</b>                     | <b>30,00%</b>                                             | <b>62,00%</b>       | <b>325,00%</b>      |
| Renda Variável, Estruturados e FII                 | 8º I - FI de Ações                           | 40,00%                             | 7,00%                                                     | 12,00%              | 40,00%              |
|                                                    | 8º II - ETF - Índice de Ações                | 40,00%                             | 0,00%                                                     | 0,00%               | 40,00%              |
|                                                    | 10º I - FI Multimercado                      | 10,00%                             | 5,00%                                                     | 7,00%               | 10,00%              |
|                                                    | 10º II - FI em Participações                 | 5,00%                              | 0,00%                                                     | 0,00%               | 5,00%               |
|                                                    | 10º III - FI Mercado de Acesso               | 5,00%                              | 0,00%                                                     | 0,00%               | 5,00%               |
|                                                    | 11º - FI Imobiliário                         | 10,00%                             | 0,00%                                                     | 3,00%               | 10,00%              |
| <b>Limite de Renda Variável, Estruturado e FII</b> |                                              | <b>40,00%</b>                      | <b>12,00%</b>                                             | <b>22,00%</b>       | <b>110,00%</b>      |
| Exterior                                           | 9º I - Renda Fixa - Dívida Externa           | 10,00%                             | 0,00%                                                     | 2,00%               | 10,00%              |
|                                                    | 9º II - Constituídos no Brasil               | 10,00%                             | 0,50%                                                     | 7,00%               | 10,00%              |
|                                                    | 9º III - Ações - BDR Nível I                 | 10,00%                             | 5,50%                                                     | 7,00%               | 10,00%              |
|                                                    | <b>Limite de Investimentos no Exterior</b>   | <b>10,00%</b>                      | <b>6,00%</b>                                              | <b>16,00%</b>       | <b>30,00%</b>       |
| Consignado                                         | 12º - Empréstimo Consignado                  | 10,00%                             | 0,00%                                                     | 0,00%               | 10,00%              |
| <b>Total da Carteira de Investimentos</b>          |                                              |                                    | <b>48,00%</b>                                             | <b>100,00%</b>      | <b>475,00%</b>      |

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52

 **Pró-Gestão Nível II**  
RPFS





**Alocação Estratégica para os próximos 5 anos**

|                                           |                                                    |                                           | <b>Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026</b> |                            |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| <b>Segmento</b>                           | <b>Tipo de Ativo</b>                               | <b>Limite da Resolução CMN % Nível II</b> | <b>Limite Inferior (%)</b>                                       | <b>Limite Superior (%)</b> |
| <b>Renda Fixa</b>                         | 7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC         | 100,00%                                   | 0,00%                                                            | 75,00%                     |
|                                           | 7º I b - FI 100% Títulos TN                        | 100,00%                                   | 20,00%                                                           | 90,00%                     |
|                                           | 7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP           | 100,00%                                   | 0,00%                                                            | 0,00%                      |
|                                           | 7º II - Oper. compromissadas em títulos TN         | 5,00%                                     | 0,00%                                                            | 0,00%                      |
|                                           | 7º III a - FI Referenciados RF                     | 70,00%                                    | 5,00%                                                            | 65,00%                     |
|                                           | 7º III b - FI de Índices Referenciado RF           | 70,00%                                    | 0,00%                                                            | 65,00%                     |
|                                           | 7º IV - Renda Fixa de emissão bancária             | 20,00%                                    | 5,00%                                                            | 20,00%                     |
|                                           | 7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior       | 10,00%                                    | 0,00%                                                            | 5,00%                      |
|                                           | 7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"           | 10,00%                                    | 0,00%                                                            | 5,00%                      |
|                                           | 7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura           | 10,00%                                    | 0,00%                                                            | 0,00%                      |
|                                           | <b>Limite de Renda Fixa</b>                        | <b>100,00%</b>                            | <b>30,00%</b>                                                    | <b>325,00%</b>             |
| <b>Renda Variável, Estruturados e FII</b> | 8º I - FI de Ações                                 | 40,00%                                    | 7,00%                                                            | 40,00%                     |
|                                           | 8º II - ETF - Índice de Ações                      | 40,00%                                    | 0,00%                                                            | 40,00%                     |
|                                           | 10º I - FI Multimercado                            | 10,00%                                    | 5,00%                                                            | 10,00%                     |
|                                           | 10º II - FI em Participações                       | 5,00%                                     | 0,00%                                                            | 5,00%                      |
|                                           | 10º III - FI Mercado de Acesso                     | 5,00%                                     | 0,00%                                                            | 5,00%                      |
|                                           | 11º - FI Imobiliário                               | 10,00%                                    | 0,00%                                                            | 10,00%                     |
|                                           | <b>Limite de Renda Variável, Estruturado e FII</b> | <b>40,00%</b>                             | <b>12,00%</b>                                                    | <b>110,00%</b>             |
| <b>Exterior</b>                           | 9º I - Renda Fixa - Dívida Externa                 | 10,00%                                    | 0,00%                                                            | 10,00%                     |
|                                           | 9º II - Constituídos no Brasil                     | 10,00%                                    | 0,50%                                                            | 10,00%                     |
|                                           | 9º III - Ações - BDR Nível I                       | 10,00%                                    | 5,50%                                                            | 10,00%                     |
|                                           | <b>Limite de Investimentos no Exterior</b>         | <b>10,00%</b>                             | <b>6,00%</b>                                                     | <b>30,00%</b>              |
| <b>Consignado</b>                         | 12º - Empréstimo Consignado                        | 10,00%                                    | 0,00%                                                            | 10,00%                     |
|                                           |                                                    |                                           |                                                                  |                            |

Na tabela de alocação estratégica aplica-se a regra do Túnel de Movimentação: o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deve manter sua alocação dentro dos limites mínimo e máximo definidos para cada segmento, não podendo ultrapassar o teto nem permanecer abaixo do piso estabelecido. A gestão deve priorizar que a carteira

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52

 **Pró-Gestão Nível II**  
RPPS







de investimentos permaneça próxima ao percentual de referência indicado na coluna central da tabela, que corresponde à alocação estratégica definida para o exercício.

Para a elaboração e definição dos limites apresentados foram considerados inclusive as análises mercadológicas e as perspectivas, bem como a compatibilidade dos ativos investidos atualmente pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras.

Para efeitos de alocação estratégica, segundo a Resolução CMN nº 4.963/2021, art. 3º e 6º, são considerados recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**: (i) as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital; (ii) os demais ingressos financeiros auferidos pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**; (iii) as aplicações financeiras e (iv) os títulos e valores mobiliários.

Não serão considerados recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** para efeitos de alocação estratégica os recursos provenientes de: (i) ativos vinculados por lei ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**; (ii) demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária; (iii) as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e (iv) as contas de fundos de investimento imobiliário.

#### 6.1. Segmento de Renda Fixa

Obedecendo os limites permitidos para o segmento de renda fixa pela Resolução CMN nº 4.963/2021, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** propõe-se adotar o **limite de máximo de 82% (oitenta e dois por cento), dos recursos disponíveis para investimentos.**

A negociação de títulos públicos no mercado secundário (compra e venda) obedecerá ao disposto no Art. 7º, inciso I, alínea “a” da Resolução CMN nº 4.963/2021, devendo estar devidamente registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Na hipótese de aquisição direta de títulos públicos, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverá comprovar:

- a consulta prévia às informações divulgadas por entidades representativas do mercado financeiro e de capitais, reconhecidas pela transparência e padrão técnico, considerando preços e taxas de referência, bem como o volume e condições das operações registradas no SELIC antes do fechamento da operação;
- a realização das operações por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;
- a guarda dos registros relativos aos valores, condições e volumes efetivamente negociados; e
- a titularidade dos títulos adquiridos em nome do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, com base em informações

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







de sistemas de registro, custódia ou liquidação financeira, devidamente depositados perante o SELIC.

Para comprovação de operações realizadas em ofertas públicas do Tesouro Nacional, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverá arquivar os documentos de comunicação com a Instituição que participou do leilão.

Na hipótese de aquisição de Letras Financeiras, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** observará as condições de elegibilidade previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021, em especial quanto à emissão por Instituições Financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluídas na Lista Exaustiva de Instituições Financeiras divulgada pela Secretaria de Previdência - SPREV, adotando essa lista como critério **OBRIGATÓRIO** de seleção para garantir conformidade com os requisitos de governança e risco (art. 21, § 2º, inciso I, e § 8º).

As operações serão realizadas seguindo os procedimentos normais de mercado, compreendendo negociação direta com a instituição emissora ou por meio de distribuidora devidamente autorizada, participação em ofertas primárias ou negociações no mercado secundário, sempre com registro em sistemas de custódia ou liquidação financeira autorizados.

As Letras Financeiras poderão ser objeto de recompra pelo emissor ou de venda no mercado secundário, inclusive com negociação a valor de face, com prêmio ou com deságio, de acordo com as condições de mercado vigentes. O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** manterá arquivada a documentação comprobatória de cada operação, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a segurança das transações realizadas.

## 6.2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados e Fundos de Investimentos Imobiliários

Em relação ao segmento de renda variável, investimentos estruturados e fundos de investimentos imobiliários, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados nos segmentos, não poderão exceder cumulativamente ao limite de 30% (trinta por cento), da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, com a obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** propõe adotar como **limite máximo o percentual de 40% (quarenta por cento), da totalidade dos recursos.**

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN nº 4.963/2021, os fundos de investimento classificados como multimercado, os fundos de investimento em participações - FIPs e os fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

As aplicações em Fundos de Investimento Imobiliário (FII) são admitidas dentro deste segmento, desde que respeitados os requisitos de elegibilidade e credenciamento previstos na regulamentação vigente. Ressalta-se que os FIIs não devem ser confundidos com aportes de bens, direitos e ativos de natureza imobiliária realizados diretamente pelo Ente Federativo ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, que possuem regramento próprio.

As decisões de investimento em renda variável, estruturados e fundos imobiliários deverão ser fundamentadas em análises técnicas, de risco e de aderência à estratégia de alocação definida, priorizando a segurança, a liquidez e a rentabilidade compatíveis com os objetivos de longo prazo do

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV.**

**6.3. Segmento de Investimentos no Exterior**

No segmento classificado como “Investimentos no Exterior”, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados não poderá exceder cumulativamente ao limite de 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** propõe adotar como **limite máximo o percentual de 10% (dez por cento), da totalidade dos recursos.**

Serão considerados aptos a receber recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** apenas os fundos de investimento constituídos no exterior que possuam histórico mínimo de 12 (doze) meses, cujos gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem, na data do aporte, montante de recursos de terceiros equivalente a pelo menos US\$ 5 bilhões.

As aplicações deverão ser realizadas em conformidade com os critérios de governança, transparência e gestão de riscos estabelecidos na regulamentação vigente, observando-se sempre a compatibilidade com o perfil de investimentos e com os objetivos previdenciários de longo prazo do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV.**

**6.4. Empréstimo Consignado**

Para o segmento de Empréstimo Consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal é de **5,00% (cinco por cento)** da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Com a obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** poderá adotar como limite máximo o percentual de 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos, observado o cumprimento dos requisitos de elegibilidade e governança exigidos, bem como a manutenção de níveis adequados de liquidez e solvência.

No processo de implantação da modalidade, caso seja de interesse do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, não serão caracterizados desenquadramentos os excessos temporários em relação aos limites aqui definidos, aplicando-se o prazo de **60 (sessenta) dias** para revisão e adequação desta Política de Investimentos aos novos parâmetros, nos termos do art. 12, § 11, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

**6.5. Taxa de Performance**

A taxa de performance corresponde a uma taxa cobrada por um fundo de investimento pela rentabilidade acima de algum *benchmark* pré-estabelecido em regulamento, sendo, portanto, uma recompensa pelo bom desempenho dos gestores.

A aplicação dos recursos efetuados pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** em fundos de investimentos que prevê em regulamentos ou contratos cláusulas de pagamento da taxa de performance, deverão apresentar as seguintes condições:

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







- **Quando pode cobrar:** somente se a rentabilidade do fundo superar 100% do benchmark.
- **Sem prejuízo:** só haverá cobrança se o saldo do investimento estiver maior que o valor aplicado inicialmente ou maior que o saldo da última cobrança de performance (quando houver).
- **Periodicidade:** a apuração e cobrança deve ocorrer no mínimo a cada 6 (seis) meses (não pode ser mensal ou trimestral).
- **Transparência:** o regulamento/contrato deve informar, de forma simples, qual é o benchmark, qual é o percentual da taxa e como é feito o cálculo (período de medição e eventuais ajustes).
- **Relato de cobrança:** a cada evento, o administrador/gestor deve enviar demonstrativo com a memória de cálculo e a comparação com o benchmark do período.
- **Fundos de fundos:** deve-se evitar dupla cobrança (priorizar fundos com abatimento/compensação quando investem em outros fundos com performance).
- **Compatibilidade com o risco:** só utilizar fundos de investimentos com taxa de performance se estiverem alinhados à alocação estratégica e aos limites de risco desta Política.

As condições acima integram os critérios de credenciamento e diligência para seleção e acompanhamento de fundos de investimentos, devendo constar nos relatórios de análise, pareceres e nos processos de seleção e monitoramento.

#### 6.6. Limites Gerais

Para fins de acompanhamento dos limites gerais da carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, serão consolidadas as posições das aplicações realizadas diretamente e indiretamente por meio de fundos de investimento (FI) e fundos de investimento em cotas (FICFI). A aferição considerará o critério de transparência proporcional da carteira dos fundos (com base em informações oficiais do administrador/gestor), de modo a refletir de forma fiel a exposição por emissor, ativo e segmento.

Os limites aplicáveis a títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão aqueles previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, observados, adicionalmente, os limites internos desta Política.

No que tange ao limite geral de exposição por fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos, fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** limitado a **20% de exposição**, com exceção dada aos fundos de investimentos enquadrados no Art. 7º, inciso I, alínea "b" da Resolução CMN nº 4.963/2021.

A exposição do total das aplicações do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** no patrimônio líquido de um mesmo fundo de investimento fica limitada a **15% (quinze por cento)**. Para fundos classificados como FIDC – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Crédito Privado e Fundos de Infraestrutura, a exposição em um mesmo fundo fica limitada a **5% (cinco por cento)**. Para os fundos classificados como Investimentos no Exterior, considera-se, para efeito de cálculo, o patrimônio líquido do fundo de investimento constituído no exterior.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





Os limites deste subitem não se aplicam a fundos de investimentos que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou em operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

Para FIDC que integrem a carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite por fundo de investimentos será calculado em proporção ao total de cotas da classe sênior, e não sobre o total de cotas do fundo.

O total das aplicações dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** em fundos de investimento não pode exceder a **5% (cinco por cento)** do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, os limites definidos nesta Política de Investimentos serão elevados gradativamente de acordo com o nível conquistado em consonância com o disposto no art. 7º, § 7º, art. 8º, § 3º, art. 10º, § 2º e art. 14º, § único da Resolução CMN nº 4.963/2021.

A verificação de limites será realizada mensalmente (ou em frequência superior quando houver eventos relevantes), com registro documental das evidências e relato ao Comitê de Investimentos e demais instâncias de governança.

Em eventual desenquadramento dos limites previstos, o Comitê de Investimentos, em conjunto com o Gestor dos Recursos, adotará as medidas previstas no Plano de Contingência desta Política, distinguindo-se, quando aplicável, situações de desenquadramento passivo e/ou ativo, com as respectivas providências, prazos e registros em ata.

#### 6.7. Demais Enquadramentos

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** observa todos os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 4.963/2021, destacando-se as disposições a seguir:

- Poderão ser mantidas em carteira de investimentos, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Política de Investimentos e a Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação a natureza de suas obrigações e transparência;
- Poderão ainda ser mantidas em carteira de investimentos, até seu respectivo encerramento, os fundos de investimentos que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas superior a 180 (cento e oitenta) dias, estando o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** obrigado a demonstrar a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão dos recursos.

Serão entendidos como situações involuntárias:

- Entrada em vigor de alterações da Resolução vigente;

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







- Resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** não efetue novos aportes;
- Valorização ou desvalorização dos demais ativos financeiros e fundos de investimentos que incorporam a carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**;
- Reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**;
- Ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa;
- Aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica, com exceção do exposto na Nota Técnica SEI nº 457/2022/MTP; e
- Aplicações efetuadas em fundos de investimentos ou ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021.
- Se os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimentos e os seus emissores deixarem de ser considerados como de baixo risco de crédito, após as aplicações realizadas pela unidade gestora.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, as alterações de limites decorrentes do nível de aderência não serão consideradas desenquadramento, ficando assegurado ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** o prazo de **90 (noventa) dias** para revisão e adequação desta Política aos novos parâmetros.

Todos os casos deverão ser registrados em ata, acompanhados de parecer técnico e plano de ação, com comunicação ao Comitê de Investimentos e demais instâncias de superiores de deliberação.

#### 6.8. Vedações

As vedações previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022 aplicam-se a todas as aplicações do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, diretas e indiretas. Compete ao Gestor dos Recursos e ao Comitê de Investimentos zelar pelo cumprimento dessas restrições.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





O Gestor dos Recursos e o Comitê de Investimento do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverão seguir as vedações estabelecidas na Resolução CMN nº 4.963/2021, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

- Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e
- Aquisição de ativos classificados abaixo do rating mínimo estabelecido nesta Política.

Quanto a aquisição de Títulos Públicos, conforme disposta na Portaria MTP nº 1.467/2022, fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** vedado de adquirir:

- Títulos que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional;
- Títulos que não sejam registradas no SELIC; e
- Títulos que sejam emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

## 7. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

### 7.1. Objetivo

Com a possibilidade de concessão e administração de empréstimo consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas ("tomadores") pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, torna-se necessário estabelecer as políticas, condições, diretrizes, controles e a gestão dos processos que abrangem concessão, administração, operacionalização e cobrança.

O empréstimo consignado é considerado aplicação financeira para o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, nos termos da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Este item integra está "Política de Investimentos como a Política de Crédito e Normas Operacionais" exigida pela Portaria MTP nº 1.467/2022 para a operacionalização da modalidade, considerando-se aprovada conjuntamente com esta Política e observada em todas as fases do processo.

### 7.2. Abrangência e Público-Alvo

Esta "Política de Crédito e Normas Operacionais" aplica-se às operações de empréstimo consignado concedidas pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** aos servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, conforme previsão nos regulamentos e normas internas.

Estão abrangidos os planos administrados pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** que prevejam a possibilidade de concessão de crédito consignado, observados os limites e diretrizes desta Política e da Resolução CMN nº 4.963/2021. Operações com terceiros não vinculados ao Ente Federativo e ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** não são admitidas.

A formalização das operações ocorrerá diretamente com o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, com desconto em folha de

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







pagamento pelo órgão/entidade responsável, nos termos de convênio que discipline a verificação de margem consignável, os fluxos de repasse e a conciliação.

Para fins de elegibilidade, o tomador deve possuir vínculo ou benefício ativo no ente pagador, margem consignável disponível e ausência de impedimentos previstos nesta Política e/ou em normas internas. É vedada a cessão do crédito a terceiros e a constituição de coobrigados.

As operações observarão os limites desta Política e deverão preservar níveis adequados de liquidez e solvência do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**. O tratamento de dados pessoais seguirá as diretrizes internas de segurança da informação e a legislação aplicável.

### 7.3. Critérios de Elegibilidade

Poderão contratar empréstimo consignado junto ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** os servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas dos planos de benefícios administrados pelo próprio **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** ("tomadores"). A elegibilidade observará as características biométricas, funcionais, remuneratórias e a natureza do benefício, a partir das quais serão estabelecidos os requisitos e condições de concessão

O tomador será submetido a avaliação prévia, na qual serão estimadas a data provável de aposentadoria e as regras de cálculo do futuro benefício. Quanto aos dependentes, somente serão elegíveis ao empréstimo consignado quando em gozo de pensão por morte.

Não poderão contratar operações de empréstimo os tomadores que, no momento da solicitação:

- não tenham disponibilidade de margem consignável para a contratação;
- tenham causado inadimplência em operações de empréstimo consignado anteriormente tomadas perante o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**;
- tenham perdido o vínculo com o Ente Federativo ou tenha sido cessado o benefício;
- estejam em situação em que a remuneração/provento dependa do Ente Federativo (ou de suas transferências financeiras mensais) quando o Município não for classificado como "A" na Capacidade de Pagamento – CAPAG divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nos casos em que o Município possua classificação CAPAG "B", "C" ou "D", os empréstimos somente poderão ser concedidos a aposentados e pensionistas vinculados ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**.

Quando houver Segregação da Massa, somente os aposentados e pensionistas do Fundo em Capitalização terão acesso ao empréstimo consignado.

As demais condições de elegibilidade previstas nesta Política — tais como margem consignável, capacidade de pagamento, idade e prazo, regularidade cadastral e consentimento/ciência das condições — permanecem aplicáveis e devem ser verificadas previamente à contratação, com a respectiva guarda documental.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





#### 7.4. Margem Consignável e Limite por Tomador

Para efeito de fixação da margem consignável, serão observadas as disposições legais vigentes e suas eventuais atualizações. Para a administração da folha de pagamento dos tomadores, poderá ser emitido “regulamento” de suporte operacional.

- **Servidor ativo:** é obrigatória a apresentação, pelo tomador, do comprovante de margem consignável disponível fornecido pelo Ente Federativo (órgão/entidade pagadora), que será validado previamente mediante análise.
- **Aposentados e pensionistas:** a margem consignável corresponderá a 35% (trinta e cinco por cento) do benefício mensal líquido pago pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV.**

A base de cálculo considera a remuneração/benefício líquido, após os descontos legais obrigatórios, sendo certo que verbas eventuais e transitórias, sem caráter permanente, não integram a base. A validação da margem será documentada no processo, com memória de cálculo e evidência fornecida pelo órgão/entidade pagadora.

Tabela Informativa

| Informações                        | Critérios                      |
|------------------------------------|--------------------------------|
| Montante Disponível (%):           | 10% do PL                      |
| Margem Geral (%):                  | 35% da folha/benefício líquido |
| Prazo Máximo de Concessão (meses): | 84 meses (teto do INSS)        |
| Prazo Mínimo de Concessão (meses)  | 6 meses (mínimo do INSS)       |

O valor máximo do empréstimo não poderá exceder a margem consignável disponível, considerando o prazo contratado, a taxa de juros e o índice de atualização monetária. Será permitida apenas uma operação ativa por tomador, e as renovações somente ocorrerão com a quitação do contrato anterior (liquidação/portabilidade), sendo vedada a ampliação indevida do comprometimento da margem. Deve ser preservada renda líquida suficiente após o desconto da parcela, conforme normas internas.

Os empréstimos serão concedidos pelo sistema de amortização prefixado, com prestações mensais conforme o prazo estabelecido. Em repactuações ou situações extraordinárias, poderão ser adotadas condições específicas, desde que haja ciência do tomador e registro no processo.

Todo contrato deverá conter comprovante de margem, taxa de juros, índice de atualização, cronograma de amortização e demais condições. Alterações na base de desconto (ex.: suspensão do benefício, licença sem vencimentos) devem ser comunicadas e acarretarão reavaliação da capacidade de pagamento e adoção das medidas cabíveis, nos termos desta Política.

Os parâmetros de margem, valores e prazos estabelecidos neste subitem serão reavaliados na revisão anual desta Política ou sempre que houver alteração normativa relevante ou mudança material no perfil de risco ou no fluxo de caixa do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, devendo eventuais ajustes ser submetidos às instâncias competentes para aprovação.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br  
CNPJ 05.030.089/0001-52







### 7.5. Condições Financeiras e Parâmetros de Rentabilidade

As operações de empréstimo consignado observarão condições financeiras padronizadas, claras e compatíveis com os objetivos previdenciários do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**. A taxa de juros será definida por ato interno, de forma coerente com a Meta de Rentabilidade desta Política e com a preservação da solvência e da liquidez do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**. O Custo Efetivo Total (CET) será informado ao tomador antes da contratação, com memória de cálculo juntada ao processo.

A atualização monetária utilizará o Índice de Atualização Monetária (IPCA-IBGE); nos casos de atraso não imputável ao ente pagador, incidirão encargos de mora e multas conforme regulamento interno e contrato.

As operações serão celebradas pelo sistema de amortização prefixado, com prestações mensais fixadas no ato da contratação, respeitando-se os prazos mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 84 (oitenta e quatro) meses.

É assegurada a portabilidade do crédito, mediante liquidação do saldo devedor, e a liquidação antecipada poderá ocorrer a qualquer tempo, com recálculo proporcional dos encargos contratados. Carência somente será admitida quando expressamente prevista em ato interno, com duração limitada e condicionada à preservação da margem consignável e da capacidade de pagamento do tomador. Eventuais custos administrativos e tributos serão explicitados no contrato e comporão o CET.

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira de consignados buscarão compatibilidade com o perfil das obrigações do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, tendo em vista a necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial. Além disso, as operações observarão um parâmetro mínimo de rentabilidade alinhado à Meta de Rentabilidade, após custos administrativos, tributos, encargos e perdas esperadas.

Esse parâmetro de rentabilidade será revisado anualmente na atualização da Política ou quando houver alteração normativa relevante, e seu atingimento será acompanhado nos relatórios periódicos ao Comitê de Investimentos, com proposição de ajustes em caso de desvios materiais e recorrentes.

As prestações do empréstimo serão calculadas considerando, de forma integrada:

- a Meta de Rentabilidade definida e aprovada pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo e já informada nesta Política;
- a Taxa de Administração;
- a Taxa do Fundo de Investimento de Liquidez, destinada à guarda e à gestão dos valores a conceder; e
- a Taxa do Fundo Garantidor e/ou Seguro, cobrada no ato da concessão.

O valor máximo da Taxa de Administração será fixado pelo Comitê de Investimentos e deliberado pelo Conselho Deliberativo, informado ao tomador na contratação e deduzido do principal no momento da liberação. Poderá ser cobrada quantia para composição do Fundo Garantidor, deduzida do montante

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





solicitado; esse fundo será formado, preferencialmente, por percentual sobre as concessões e/ou por performance acima da Meta de Rentabilidade e será recomposto pelas recuperações de crédito obtidas em ações judiciais e extrajudiciais.

Após a concessão, os encargos incidentes não são passíveis de restituição; havendo quitação antecipada, haverá redução proporcional dos juros contratados. Todas as taxas e encargos integram o Custo Efetivo Total (CET) informado ao tomador.

As condições financeiras e os parâmetros de rentabilidade definidos neste item aplicam-se a todas as contratações, renovações, portabilidades e repactuações do consignado e serão verificados nos processos de contratação e de monitoramento, constituindo requisito para a manutenção da modalidade no âmbito do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV.**

#### 7.6. Cobrança das Prestações

O pagamento das prestações ocorrerá mensalmente. No caso dos servidores ativos, a amortização do saldo devedor ocorrerá por consignação na folha de pagamento do Ente Federativo. Para os beneficiários, os pagamentos serão descontados da folha de benefícios do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV.**

Fica o Ente Federativo com a responsabilidade de informar o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** o motivo pelo qual não houve o desconto em folha da parcela de empréstimos no mês subsequente ao vencimento da prestação.

Os tomadores permanecem como os únicos responsáveis pelos pagamentos dos empréstimos. Caso o Ente Federativo, por qualquer motivo, não processe os descontos mensais, o tomador está obrigado a realizar os pagamentos das prestações correspondentes diretamente ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV.** Para isso, deverá solicitar a emissão de boleto bancário em favor do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, com vencimento para o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao que deveria ser realizado o desconto na folha de pagamento.

Poderá ser determinado um outro meio de pagamento excepcional, desde que expressamente autorizado pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, sob pena de incorrer nos encargos de mora decorrentes da situação de contrato inadimplido.

Ocorrendo o atraso do pagamento de quaisquer prestações previstas no contrato de empréstimo, serão cobrados juros de mora e atualização monetária em percentual e índice definidos nesta Política de Investimentos, contados a partir da data do vencimento da prestação em atraso.

Os tomadores que atrasarem o pagamento de qualquer parcela do empréstimo serão considerados inadimplentes, incidindo sobre o valor devido juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA ou outro índice que o venha substituir expressamente.

Caso o servidor ativo passe a condição de aposentado, concederá à **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** autorização expressa e irrevogável para descontar mensalmente, do valor do benefício a que fizer jus, as parcelas correspondentes às prestações do contrato, respeitando o valor da margem consignável a ser apurada com base na renda mensal do benefício.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







Obtida a informação do óbito do tomador, que poderá ser prestada pelo Ente Federativo ou familiar, o contrato de empréstimo será quitado mediante apresentação da Certidão de Óbito e o processo de cobrança cessado imediatamente.

Para a cobrança judicial e extrajudicial poderão ser contratadas empresas terceirizadas para auxiliar na atividade, como por exemplo, escritórios jurídicos ou o próprio intermediador pela operação.

No processo de manutenção e/ou implantação da modalidade Empréstimo Consignado, não serão considerados inconformidades e/ou desenquadramentos qualquer limite ou regra cima citada, tendo o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** prazo de **120 (cento e vinte) dias** para revisão e adequação da sua Política de Investimentos em atendimento aos novos parâmetros normativos e os que vierem a substituí-los.

## 8. CONTROLE DE RISCO

Diante da metodologia e os critérios a serem adotados ao analisar os riscos dos investimentos, assim como as diretrizes para seu controle e monitoramento, é necessário observar a avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros específicos a cada operação e tolerância a esses riscos.

As aplicações financeiras estão sujeitas à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e consequentemente, fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

- **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro. O risco de mercado, também denominado risco sistemático, representa a exposição dos ativos às flutuações amplas e imprevisíveis do ambiente financeiro, decorrentes de fatores macroeconômicos, políticos e conjunturais globais. Trata-se de um risco que afeta transversalmente os diferentes segmentos do mercado e que não pode ser eliminado por meio da diversificação da carteira, uma vez que se refere às variações sistêmicas que impactam o conjunto dos ativos financeiros
- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas. refere-se à possibilidade de o emissor ou tomador de recursos não honrar seus compromissos financeiros, total ou parcialmente, na data acordada;
- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negociação e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado. O risco de liquidez refere-se à possibilidade de um ativo financeiro não poder ser convertido em dinheiro com rapidez e sem perdas significativas de valor. Em outras palavras, é o risco de que o investidor enfrente dificuldades para vender ou resgatar determinado ativo no mercado, especialmente em momentos de instabilidade ou necessidade urgente de recursos;

- **Risco Operacional** – é o risco de perdas financeiras causadas por erros em processos, políticas, sistemas ou eventos falhos ou falhas que interrompem as operações de negócios. Erros de funcionários, atividades criminosas como fraudes e eventos físicos estão entre os fatores que podem desencadear o risco operacional. Em outras palavras, o risco operacional é qualquer ameaça que possa afetar o funcionamento do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** e reduzir a qualidade operacional como um todo. O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas em processos internos, políticas, sistemas ou eventos externos que comprometem o funcionamento das operações de negócios. Entre os fatores que podem desencadear esse tipo de risco estão erros humanos, atividades ilícitas como fraudes, e eventos físicos inesperados. Em outras palavras, o risco operacional representa qualquer ameaça capaz de afetar o desempenho do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** e comprometer a qualidade das operações como um todo;
- **Risco Legal** - O risco legal é a possibilidade de uma organização sofrer perdas financeiras ou de reputação como resultado de uma violação da lei ou de um processo legal. Isso pode ser causado por uma variedade de fatores. O risco legal pode ter um impacto significativo nas operações podendo levar a multas, indenizações, sindicâncias e processos administrativos. O risco legal refere-se à possibilidade de uma organização enfrentar perdas financeiras ou danos à reputação em decorrência de violações legais, litígios ou processos judiciais. Esse risco pode surgir por diversos fatores, como descumprimento de normas, contratos mal elaborados, práticas comerciais inadequadas ou mudanças na legislação. Seu impacto pode ser significativo, afetando diretamente as operações da empresa e resultando em multas, indenizações, investigações, processos administrativos e até restrições regulatórias.

### 8.1. Controle do Risco de Mercado

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** adota o **VaR - Value-at-Risk** para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo:

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** utiliza o modelo de Value-at-Risk (VaR) como principal ferramenta para o controle do risco de mercado. Essa métrica é amplamente reconhecida por sua capacidade de quantificar a exposição da carteira a variações adversas de mercado, estimando a perda máxima potencial esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e com base em um intervalo de confiança estatístico previamente definido.

O VaR permite à organização antecipar cenários desfavoráveis, avaliar o impacto de eventos extremos e adotar estratégias mitigadoras de forma proativa, contribuindo para uma gestão de risco mais robusta e eficiente.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







### *Metodologia de Cálculo*

O cálculo do VaR pode ser realizado por meio de diferentes abordagens, classificadas em dois grandes grupos:

- **VaR Paramétrico:** Utiliza pressupostos estatísticos sobre a distribuição dos retornos dos ativos (geralmente normal), aplicando modelos como o de variância-covariância para estimar a perda esperada. É eficaz em ambientes com comportamento bem definido e baixa volatilidade;
- **VaR Não Paramétrico (Simulações):** Dispensa qualquer hipótese sobre a distribuição dos retornos. Baseia-se em técnicas empíricas, como:
  - **Simulação Histórica:** Analisa retornos passados para projetar perdas potenciais futuras.
  - **Simulação de Monte Carlo:** Gera múltiplos cenários de retornos aleatórios com base em parâmetros de volatilidade, correlação e tendência, permitindo avaliar a dispersão das perdas.

### *Aplicação na Carteira do RPPS*

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV adota o indicador Value-at-Risk (VaR) como ferramenta de controle e monitoramento do risco de mercado em sua carteira de investimentos.

Nesta análise, o VaR é calculado para todos os ativos que compõem o portfólio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e essa abordagem permite:

- Identificar os limites de exposição ao risco sistêmico;
- Avaliar a tolerância da carteira a perdas em cenários adversos;
- Subsidiar decisões estratégicas de alocação e gestão de ativos.

Essa prática reforça o compromisso do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV com:

- A governança financeira responsável;
- A transparência na administração dos recursos;
- A solidez e sustentabilidade da política de investimentos previdenciária.

Conforme estabelecido nesta Política, o cálculo do VaR segue os seguintes parâmetros:

- **Modelo paramétrico:** baseado em pressupostos estatísticos sobre o comportamento dos retornos dos ativos;
- **Intervalo de confiança de 95%:** o que significa que há 95% de probabilidade de que as perdas não ultrapassem o valor estimado em condições normais de mercado;
- Horizonte temporal de 1 dia útil, 21 dias úteis e 252 dias úteis

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





#### *Parâmetros de Monitoramento do Risco de Mercado*

Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do risco de mercado da carteira de investimentos, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** define limites de exposição por segmento de ativos, conforme detalhado a seguir.

Esses parâmetros deverão ser rigorosamente acompanhados pelos membros do Comitê de Investimentos e pelo Gestor dos Recursos, que deverão proceder à reavaliação dos ativos sempre que os limites previamente estabelecidos, com base em uma janela móvel de 252 dias úteis, forem ultrapassados:

- Segmento de Renda Fixa: **1,29%** do valor total alocado neste segmento;
- Segmento de Renda Variável e Estruturados: **6,44%** do valor total alocado neste segmento;
- Segmento de Investimentos no Exterior: **8,86%** do valor total alocado neste segmento.

Além do monitoramento individual por segmento, será apresentado periodicamente o **VaR consolidado** da carteira de investimentos, permitindo uma visão integrada da exposição ao risco de mercado. Essa análise visa subsidiar decisões estratégicas, reforçar a governança e garantir a aderência à Política de Investimentos vigente.

| VAR CONSOLIDADO  |       |
|------------------|-------|
| VaR 95% 1 du     | 0,20% |
| VaR 95,0% 21 du  | 1,27% |
| VaR 95,0% 252 du | 2,72% |
| VaR 99,0% 1 du   | 0,28% |
| VaR 99,0% 21 du  | 1,79% |
| VaR 99,0% 252 du | 3,84% |

Como instrumento complementar de controle, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** realizará o monitoramento sistemático da rentabilidade dos fundos de investimento que compõem sua carteira, considerando diferentes janelas temporais: mensal, trimestral, semestral, anual e bienal (1, 3, 6, 12 e 24 meses).

Esse acompanhamento visa verificar o nível de aderência ao benchmark de cada ativo, permitindo a identificação de desvios relevantes em relação ao desempenho esperado.

Sempre que forem observadas variações significativas, os resultados deverão ser submetidos à análise do Comitê de Investimentos e do Gestor dos Recursos, que deliberarão sobre a manutenção, substituição ou readequação dos ativos em questão, conforme critérios técnicos e estratégicos definidos na Política de Investimentos.

#### **8.2. Controle do Risco de Crédito**

Na hipótese de aplicação dos recursos financeiros em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidas por companhias abertas devidamente operacionais e registrada; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







| AGÊNCIA CLASSIFICADORAS DE RISCO | RATING MÍNIMO              |
|----------------------------------|----------------------------|
| STANDARD & POOR'S                | BBB+ (perspectiva estável) |
| MOODY'S                          | Baa1 (perspectiva estável) |
| FITCH RATINGS                    | BBB+ (perspectiva estável) |
| AUSTIN RATING                    | A (perspectiva estável)    |
| LF RATING                        | A (perspectiva estável)    |
| LIBERUM RATING                   | A (perspectiva estável)    |

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e autorizadas a operacionalizar no Brasil, utilizando metodologias reconhecidas para avaliar tanto o nível de risco de ativos financeiros quanto a solidez de instituições financeiras e dos fundos de investimento.

O baixo risco de crédito não deve ser observado apenas no momento da aplicação, mas também durante todo o período em que o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** mantiver recursos investidos, devendo ser monitorado de forma contínua. Essa avaliação compreende não apenas os ativos finais que compõem a carteira dos fundos de investimentos, mas também o *rating* das instituições financeiras que atuam como gestores, administradores, custodiantes ou contraparte das operações.

Adicionalmente, a análise deve considerar a Lista Exaustiva da Secretaria de Previdência – SPREV, a qual relaciona as Instituições Financeiras habilitadas a receber investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Assim, a decisão de investimento deve observar cumulativamente: (i) a nota de *rating* mínima exigida para os ativos e para as Instituições Financeiras envolvidas; e (ii) a habilitação da Instituição Financeira junto à Lista Exaustiva da SPREV.

### 8.3. Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em ativos financeiros que tem seu prazo de liquidez superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a aprovação de alocação dos recursos deverá ser precedida de estudo que comprove a análise de evidenciação quanto a capacidade do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

Entende-se como estudo que comprova a análise de evidenciação quanto a capacidade em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, o estudo de ALM – Asset Liability Management.

### 8.4. Controle do Risco Operacional e Legal

Para minimizar o impacto causado por erros operacionais e legais, que levam a possíveis perdas financeiras, danos à reputação, interrupção das operações ou até processos administrativos e sindicâncias, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** classifica como importante a implantação do processo de gestão de riscos, que possibilitem identificar, avaliar e mitigar esses riscos.

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** adotará a Certificação Institucional Pró-Gestão como mecanismo e sistema de qualidade para minimizar o impacto do risco operacional e legal.

A adesão a Certificação Institucional Pró-Gestão tem por objetivo incentivar o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** a adotar melhores práticas de gestão e governança, proporcionando maior controle dos seus ativos e passivos,

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







aprimoramento da qualidade da governança no âmbito da gestão dos riscos, mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

## 9. ESTUDO DE ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

As aplicações dos recursos e sua manutenção deverão observar a compatibilidade entre os ativos investidos e os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, de forma a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos.

Para garantir essa compatibilidade, os responsáveis pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverão manter procedimentos e controles internos formalizados para a gestão do risco de liquidez das aplicações, assegurando que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações. O acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos é imprescindível para garantir a aderência aos prazos e valores das obrigações previdenciárias.

Com o objetivo de cumprir essas diretrizes, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** poderá adotar a ferramenta de gestão conhecida como Estudo de **ALM – Asset Liability Management**. Este estudo compreende a análise detalhada da liquidez da carteira de investimentos frente aos compromissos presentes e futuros, permitindo identificar a melhor trajetória para o cumprimento da meta atuarial, buscando a otimização da carteira e preservando o resultado financeiro no curto, médio e longo prazos.

O Estudo de ALM deverá ser elaborado, no mínimo, uma vez ao ano, após o fechamento da Avaliação Atuarial. Além disso, seu acompanhamento deverá ocorrer de forma periódica, com a emissão de relatórios de atualização em intervalos não superior a seis meses, possibilitando ajustes tempestivos e a constante aderência entre ativos e passivos.

## 10. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em atendimento ao disposto no Art. 64, §§1º e 2º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** adotará medidas para honrar os compromissos estabelecidos no Plano de Custeio e/ou no Plano de Segregação de Massas, se houver, assegurando a adequação do Plano de Custeio aprovado e sua compatibilidade com a capacidade orçamentária e financeira do Ente Federativo.

Para tanto, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** poderá recorrer a consultoria especializada para a emissão de estudo de viabilidade que avalie a situação econômica, financeira e orçamentária, com vistas a propor medidas de equacionamento no curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** realizará acompanhamento contínuo das informações constantes em seus demonstrativos, os quais deverão ser encaminhados aos órgãos de controle interno e externo, com o objetivo de subsidiar a análise da capacidade econômica, financeira e orçamentária, garantindo o cumprimento das obrigações presentes e futuras.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





## 11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

Conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022, as informações contidas nesta Política de Investimentos, bem como em suas eventuais revisões, deverão ser disponibilizadas aos interessados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua aprovação.

Atendendo ainda ao disposto no art. 4º, incisos I a V, §§1º e 2º, e no art. 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021, a Política de Investimentos deverá ser publicada no site oficial do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, no Diário Oficial do Município ou em outro meio de fácil acesso e ampla visualização, sem prejuízo de sua divulgação em demais canais oficiais de comunicação.

Além da Política de Investimentos, todos os documentos relacionados à análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e tomada de decisão deverão ser disponibilizados, preferencialmente, no Portal da Transparência, de forma íntegra, clara e tempestiva, garantindo o pleno acesso às informações por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

A observância da transparência alcança, de forma especial, os órgãos de fiscalização e supervisão, como a Secretaria de Previdência – SPREV, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, o Ministério Público e demais instâncias competentes, os quais deverão receber, sempre que requisitado, informações, relatórios e documentos que subsidiem a análise da regularidade e da sustentabilidade da gestão previdenciária.

Neste sentido, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** reafirma o compromisso de manter níveis adequados de divulgação, clareza e acessibilidade, assegurando que todos os interessados, internos ou externos, tenham conhecimento tempestivo sobre a condução dos investimentos, decisões do Comitê de Investimentos, e resultados obtidos, fortalecendo a governança e a confiança institucional.

## 12. CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE

### 12.1. Modalidade de Credenciamento

Seguindo a Portaria MTP nº 1.467/2022, antes da realização de qualquer novo aporte, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, por meio de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Complementarmente, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §1º, inciso VI, e §3º, estabelece que as instituições financeiras escolhidas para receber recursos deverão passar por credenciamento prévio, incluindo o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento.

Considerando essas exigências, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, mediante Edital de Credenciamento, deverá atestar o cumprimento integral de todos os requisitos mínimos, incluindo:

- comprovação de registro ou autorização na forma do §1º, e inexistência de suspensão ou inabilitação pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou por outro órgão competente;

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







- observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro, sem restrições que, a critério das autoridades reguladoras, desaconselhem a manutenção de relacionamento seguro;
- análise do histórico de atuação da instituição e de seus principais controladores;
- comprovação de experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente envolvidos na gestão de ativos de terceiros; e
- avaliação quanto ao volume de recursos sob gestão e administração, à qualificação do corpo técnico e à segregação de atividades

O credenciamento abrangerá também corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (CCTVM e/ou DTVM) que mantenham relação com operações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, bem como títulos privados emitidos por instituições financeiras.

A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos deverá ser formalizada em Termo de Credenciamento, observando os seguintes parâmetros:

- embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros, disponibilizados por entidade representativa do mercado financeiro com convênio com a CVM;
- atualização obrigatória a cada 24 (vinte e quatro) meses;
- inclusão, no caso de fundos de investimento, do administrador, do gestor e do distribuidor; e
- instrução com os documentos exigidos no modelo disponibilizado na página da Previdência Social.

Em aspectos mais abrangentes, no processo de seleção dos gestores e administradores, deverão ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise o mínimo:

- **Tradição e Credibilidade da Instituição** – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;
- **Gestão do Risco** – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;

- **Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos** – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Os fundos de investimento possuem gestão discricionária, cabendo ao gestor a escolha dos ativos, desde que observados o regulamento do fundo e a regulamentação aplicável aos RPPS.

No que se refere ao distribuidor (instituições do sistema de distribuição ou agentes autônomos de investimento), a análise recairá sobre o contrato de distribuição e sua regularidade perante a CVM.

Complementarmente, apenas serão considerados aptos a receber recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** os fundos de investimento que tenham, como prestadores de serviços de gestão e administração, instituições financeiras que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- O administrador ou gestor dos recursos seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;
- O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos Regimes Próprios de Previdência Social e
- O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento.

Em atendimento aos requisitos dispostos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos, podendo os fundos de investimentos não enquadrados nos termos acima, permanecer na carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** até seu respectivo resgate ou vencimento.

#### 12.1.1.1. Processo de Execução

O credenciamento se dará por meio eletrônico, através do sistema eletrônico utilizado pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e certidões negativas requisitadas.

Fica definido adicionalmente como medida de segurança e como critério documental para credenciamento, o relatório *Due Diligence* da ANBIMA entendidos como “Seção UM, DOIS e TRÊS”.

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer Instituição Financeira administradora e/ou gestora de recursos financeiros dos fundos de investimentos em que figurarem instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigadas a instituir comitê de

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 3.198/2004 e nº 4.557/2017, respectivamente. As demais Instituições Financeiras que não cumprem tais requisitos, podem ser credenciadas normalmente, entretanto para tal Instituição Financeira estar apta ao aporte do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deve ter ao menos um dos prestadores de serviço devidamente enquadrado.

Os demais parâmetros para o credenciamento foram adotados no processo de implantação das regras, procedimentos e controles internos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** que visam garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando esta Política de Investimentos, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos estabelecidos e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em regulamentação da Secretaria de Previdência.

#### 12.1.2. Validade

As análises realizadas nos processos de credenciamento deverão ser atualizadas a cada **24 (vinte e quatro) meses**, ou sempre que houver necessidade em razão de alteração significativa nas condições das instituições ou de seus serviços.

### 12.2. Processo de Due Diligence

Como as Instituições Financeiras já são objeto de credenciamento prévio, o processo de *due diligence* aplica-se, de forma específica, à contratação da Consultoria de Valores Mobiliários, garantindo que a empresa selecionada atenda plenamente aos requisitos normativos e mantenha padrões elevados de governança, transparência e solidez técnica.

#### 12.2.1. Contratação de Consultoria de Valores Mobiliários

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** tem a prerrogativa da contratação de empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 com suas alterações e Resolução CVM nº 19/2021, na prestação dos serviços de **ORIENTAÇÃO, RECOMENDAÇÃO E ACONSELHAMENTO**, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção é de única e exclusiva responsabilidade do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**.

Para a efetiva contratação da empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverá realizar diligência e avaliação quanto ao perfil dos interessados, considerando no mínimo os critérios definidos abaixo:

- Que a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento seja de forma profissional, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários;
- Que a prestação dos serviços seja independente e individualizada, cuja adoção e implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos sejam exclusivas do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**;
- Que a prestação de serviços de orientação, recomendação e aconselhamento abranjam no mínimo os temas sobre: (i) classes de ativos e valores mobiliários, (ii) títulos e valores

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







mobiliários específicos, (iii) Instituições Financeiras no âmbito do mercado de valores mobiliários e (iv) investimentos no mercado de valores mobiliários em todos os aspectos;

- As informações disponibilizadas pelo consultor de valores mobiliários sejam verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa;
- Que apresente em contrato social um Consultor de Valores Mobiliários como responsável pelas atividades da Consultoria de Valores Mobiliários;
- Que apresente em contrato social um Compliance Officer como responsável pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos das normas estabelecidas pela Resolução CVM nº 19/2021;
- Que mantenha página na rede mundial de computadores na forma de consulta pública, as seguintes informações atualizadas: (i) formulário de referência; (ii) código de ética, de modo a concretizar os deveres do consultor de valores mobiliários; (iii) a adoção de regras, procedimentos e descrição dos controles internos e (iv) a adoção de política de negociação de valores mobiliários por administradores, empregados, colaboradores e pela própria empresa;
- Que apresentem em seu quadro de colaboradores no mínimo um Economista devidamente registrado no Conselho Regional de Economia – CORECON;
- Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem experiência profissional nas atividades diretamente relacionadas à consultoria de valores mobiliários, gestão de recursos de terceiros ou análise de valores mobiliários;
- Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem possuírem no mínimo as certificações: CEA (Certificação ANBIMA de Especialistas em Investimento), CGA (Certificação de Gestores ANBIMA), CNPI (Certificação Nacional do Profissional de Investimento) e registro de Consultor de Valores Mobiliários pessoa física (a comprovação das Certificações não são cumulativas por profissional).

Não serão considerados aptos os prestadores de serviços que atuem exclusivamente com as atividades:

- Como planejadores financeiros, cuja atuação circunscreva-se, dentre outros serviços, ao planejamento sucessório, produtos de previdência e administração de finanças em geral de seus clientes e que não envolvam a orientação, recomendação ou aconselhamento;
- Que promovam a elaboração de relatórios gerenciais ou de controle que objetivem, dentre outros, retratar a rentabilidade, composição e enquadramento de uma carteira de investimento à luz de políticas de investimento, regulamentos ou da regulamentação específica incidente sobre determinado tipo de cliente;

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







- Como consultores especializados que não atuem nos mercados de valores mobiliários, tais como aqueles previstos nas regulamentações específicas sobre fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento imobiliário e
- Consultores de Valores Mobiliários que atuam diretamente na estruturação, originação, gestão, administração e distribuição de produtos de investimentos que sejam objeto de orientação, recomendação e aconselhamento aos seus clientes.

Será admitido que o Consultor de Valores Mobiliários contratado e as entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** em comum acordo, estabeleçam canais de comunicação e ferramentas que permitam conferir maior agilidade e segurança à implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos na execução de ordens.

Não serão aceitas ferramentas fornecidas ou disponibilizadas pelos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mesmo que de forma gratuita, não gerando assim Conflito de Interesse ou a indução a erros por parte do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**.

Fica vedada a contratação de empresas de Consultoria de Valores Mobiliários que possuam, em sua composição societária, pessoas físicas e jurídicas que atuem na gestão, administração ou distribuição de recursos. Essa proibição tem como objetivo evitar potenciais conflitos de interesse, assegurando que as recomendações e orientações fornecidas pela consultoria sejam independentes e isentas, em conformidade com as boas práticas de governança.

O processo de *due diligence* deverá ser documentado em Relatório Específico, atualizado a cada **24 (vinte e quatro) meses** ou sempre que ocorrer alteração relevante na estrutura da consultoria ou nos requisitos normativos aplicáveis.

### 13. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

#### 13.1. Metodologia

##### 13.1.1. Marcações

O processo de marcação a mercado consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de marcação na curva consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar as oscilações de preço auferidas no mercado.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





## 13.2. Critérios de Precificação

### 13.2.1. Títulos Públicos Federais

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

#### *Marcação a Mercado*

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

$$Vm = PU_{Atual} * Qt_{titulo}$$

Onde:

$Vm$  = valor de mercado

$PU_{atual}$  = preço unitário atual

$Qt_{titulos}$  = quantidade de títulos em posse do regime

#### *Marcação na Curva*

Na aquisição dos Títulos Públicos Federais contabilizados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** deverá cumprir cumulativamente as exigências da Portaria MTP nº 1.467/2021 sendo elas:

- seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras;
- sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;
- seja comprovada a intenção e capacidade financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** de mantê-los em carteira até o vencimento; e
- sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





- **Tesouro IPCA – NTN-B**

O Tesouro IPCA – NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + IPCA_{projetado})^{1/252}$$

Onde:

$VNA$  = Valor Nominal Atualizado

$VNA_{data\ de\ compra}$  = Valor Nominal Atualizado na data da compra

$IPCA_{projetado}$  = Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

- **Tesouro SELIC – LFT**

O Tesouro SELIC – LFT possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + SELIC_{meta})^{1/252}$$

Onde:

$VNA$  = Valor Nominal Atualizado

$VNA_{data\ de\ compra}$  = Valor Nominal Atualizado na data da compra

$SELIC_{meta}$  = Inflação atualizada

- **Tesouro Prefixado – LTN**

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R\$ 1.000,00.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

$$Taxa Efetiva no Período = \left[ \frac{Valor de Venda}{Valor de Compra} - 1 \right] * 100$$

Onde:

*Taxa Efetiva no Período* = Taxa negociada no momento da compra

*Valor de Venda* = Valor de negociação do Título Público na data final

*Valor de Compra* = Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

$$Taxa Efetiva no Período = \left[ \left( \frac{Valor de Venda}{Valor de Compra} \right)^{\frac{252}{\text{dias úteis no período}}} - 1 \right] * 100$$

Onde:

*Taxa Efetiva no Período* = Taxa negociada no momento da compra

*Valor de Venda* = Valor de negociação do Título Público na data final

*Valor de Compra* = Valor de negociação do Título na aquisição

- **Tesouro Prefixado com Juros Semestrais – NTN-F**

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

$$Preço = \sum_{i=1}^n 1.000 * \left[ \frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DUn}{252}}} \right] + 1.000 * \left[ \frac{1}{(1 + TIR)^{\frac{DUn}{252}}} \right]$$

Em que *DUn* é o número de dias úteis do período e *TIR* é a rentabilidade anual do título.

- **Tesouro IGPM com Juros Semestrais – NTN-C**

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGP-M ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

$$VNA = VNA_{data de compra} * (1 + IGPM_{projetado})^{N1/N2}$$

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





Onde N1 representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e N2 sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual.

Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

$$Cotação = \frac{100}{(1 + Taxa)^{\frac{DU}{252}}}$$

Onde:

*Cotação* = é o valor unitário apresentado em um dia

*Taxa* = taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

$$Preço = VNA * \left[ \frac{Cotação}{100} \right]$$

Onde:

*Preço* = valor unitário do Título Público Federal

*VNA* = Valor Nominal Atualizado

*Cotação* = é o valor unitário apresentado em um dia

### 13.2.2. Fundos de Investimentos

A Resolução CVM 175 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

$$retorno = (1 + S_{anterior}) * Rend_{fundo}$$

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

*S<sub>anterior</sub>* : saldo inicial do investimento

*Rend<sub>fundo</sub>* : rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

$$V_{atual} = V_{cota} * Q_{t_{cotas}}$$

Onde:

$V_{atual}$  : valor atual do investimento

$V_{cota}$  : valor da cota no dia

$Q_{t_{cotas}}$  : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

De acordo com os Arts, nº 143 a 147 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a forma como os ativos dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII são precificados segue regras específicas. O Art. nº 145 determina que esses ativos podem ser classificados como **disponíveis para negociação futura** ou **para venda imediata**. Nesses casos, é obrigatória a chamada **marcação a mercado**, ou seja, os ativos devem ser avaliados de acordo com o valor de mercado atual. No entanto, se os ativos forem mantidos até o vencimento, existe a possibilidade de usar outras formas de precificação, diferentes da marcação a mercado, como a **marcação patrimonial**, que segue normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme descrito no Art. 147. Essa flexibilidade de escolha permite adaptar a avaliação dos ativos conforme a estratégia e o perfil do fundo, sempre em conformidade com as regulamentações aplicáveis aos FIIs.

### 13.2.3. Títulos Privados

A precificação dos títulos privados deve seguir critérios técnicos de marcação a mercado, assegurando que os ativos reflitam adequadamente seu valor econômico e os riscos de crédito associados ao emissor.

#### • Certificados de Depósito Bancário – CDB

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é flutuante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

- **CDBs pré-fixados:** a precificação é feita pela marcação a mercado, calculada pelo desconto do valor futuro do título pela taxa pré-fixada de mercado, acrescida de um spread de risco definido em função do prazo e do rating do emissor.
- **CDBs pós-fixados:** atualizados pelo CDI, sua precificação é feita projetando o valor futuro pela taxa contratada (percentual ou CDI acrescido de spread) e descontando-o pela curva de juros de mercado, considerando também o spread de risco do emissor.

#### • Letras Financeiras – LF

As Letras Financeiras – LF's são títulos emitidos por Instituições Financeiras, com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e sem liquidez antes do vencimento. Têm como objetivo a captação de recursos de longo prazo.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







A precificação das LFs segue o método de marcação a mercado, sendo calculada pelo desconto do fluxo de pagamentos futuros do título (juros e principal) com base nas taxas de juros praticadas no mercado secundário para o prazo remanescente, acrescidas do spread de risco de crédito do emissor.

Em síntese, os critérios de precificação adotados visam refletir, de forma transparente e tempestiva, o valor econômico dos ativos privados, assegurando maior consistência na gestão da carteira e respeito às normas aplicáveis aos RPPS.

#### 14. FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

- a) Títulos Públicos Federais e debêntures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm));
- b) Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html>);
- c) Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm));
- d) Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA ([http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/)); e
- e) Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)).

#### 15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação dos resultados da carteira de investimento e de seus respectivos fundos de investimentos, serão adotados metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Como forma de acompanhamento, será obrigatório a elaboração de relatórios mensais, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas quanto as aplicações dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, bem como a aderência das alocações e dos processos decisórios relacionados.

O referido relatório mensal deverá ser acompanhado de parecer do Comitê de Investimentos, que deverá apresentar a análise dos resultados obtidos no mês de referência, inclusive suas considerações e deliberações.

O Comitê de Investimentos deverá apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





Deverão fazer parte dos documentos do processo de acompanhamento e avaliação:

- Editorial sobre o panorama econômico relativo à semana e mês anterior;
- Relatório Mensal que contém: análise qualitativa da situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos; análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos; cumprindo a exigência da Portaria MTP nº 1.467/2022.
- Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados a Resolução CVM 175/2022 que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;
- Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados como “Estruturados” que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;
- Relatório de Análise da Carteira de Investimentos com parecer opinativo sobre estratégia tática e
- Relatório de Diligência segundo a exigência do Manual do Pró-Gestão em atendimento ao Nível II.

## 16. PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência estabelecido, contempla a abrangência exigida pela Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu Art. 4º, inciso VIII, ou seja, entende-se por “contingência” no âmbito desta Política de Investimentos a **excessiva exposição a riscos e potenciais perdas dos recursos**.

Com a identificação clara das contingências, chegamos ao desenvolvimento do plano no processo dos investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, como também o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

### 16.1. Exposição Excessiva a Risco

Entende-se como Exposição ao Risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos Regimes Próprios de Previdência Social.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

- 1 Desenquadramento da Carteira de Investimentos;
- 2 Desenquadramento do Fundo de Investimento;
- 3 Desenquadramento da Política de Investimentos;
- 4 Movimentações Financeiras não autorizadas;

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





Caso identificado o não cumprimento dos itens descritos, ficam os responsáveis pelos investimentos, devidamente definidos nesta Política de Investimentos, obrigados a:

| Contingências                                     | Medidas                                                                                                                                                                                                                                                                | Resolução                  |
|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| 1 – Desenquadramento da Carteira de Investimentos | a) Apuração das causas acompanhado de relatório;<br>b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;<br>c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.                                                                                       | Curto, Médio e Longo Prazo |
| 2 – Desenquadramento do Fundo de Investimento     | a) Apuração das causas acompanhado de relatório;<br>b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;<br>c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.                                                                                       | Curto, Médio e Longo Prazo |
| 3 – Desenquadramento da Política de Investimentos | a) Apuração das causas acompanhado de relatório;<br>b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;<br>c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.                                                                                       | Curto, Médio e Longo Prazo |
| 4 – Movimentações Financeiras não autorizadas     | a) Apuração das causas acompanhado de relatório;<br>b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;<br>c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução;<br>d) Ações e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis. | Curto, Médio e Longo Prazo |

### 16.2. Potenciais Perdas dos Recursos

Entende como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

| Contingências                     | Medidas                                                                                                                                                                                                          | Resolução                  |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| 1 – Potenciais perdas de recursos | a) Apuração das causas acompanhado de relatório;<br>b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;<br>c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, jurídica. | Curto, Médio e Longo Prazo |

## 17. CONTROLES INTERNOS

Antes de qualquer aplicação, resgate ou movimentações financeiras ocorridas na carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, os responsáveis pela gestão dos recursos deverão seguir todos os princípios e diretrizes envolvidos nos processos de aplicação dos recursos.

O acompanhamento mensal do desempenho da carteira de investimentos em relação a Meta de Rentabilidade definida, garantirá ações e medidas no curto e médio prazo do equacionamento de quaisquer distorções decorrentes dos riscos a ela atrelados.

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







Com base nas determinações da Portaria MTP nº 1.467/2022, foi instituído o Comitê de Investimentos através da Lei Complementar nº. 111/2023, de 12 de dezembro de 2023), Ato Normativo de nomeação Decreto de nº128 de 07 de outubro de 2024, com a finalidade mínima de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.

Suas ações são previamente aprovadas em Plano de Ação estipulado para o exercício corrente e seu controle será promovido pelo Gestor dos Recursos e Presidente do Comitê de Investimentos.

Entende-se como participação no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos a abrangência de:

- garantir o cumprimento das normativas vigentes;
- garantir o cumprimento da Política de Investimentos e suas revisões;
- garantir a adequação dos investimentos de acordo com o perfil do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**;
- monitorar o grau de risco dos investimentos;
- observar que a rentabilidade dos recursos estejam de acordo com o nível de risco assumido;
- garantir a gestão ética e transparente dos recursos;
- garantir a execução dos processos internos voltados para área de investimentos;
- instaurar sindicância no âmbito dos investimentos e processos de investimentos se assim houver a necessidade;
- executar plano de contingência no âmbito dos investimentos conforme definido em Política de Investimentos se assim houver a necessidade;
- garantir a execução, o cumprimento e acompanhamento do Credenciamento das Instituições Financeiras;
- garantir que a Alocação Estratégica esteja em consonância com os estudos técnicos que nortearam o equilíbrio atuarial e financeiro e
- qualquer outra atividade relacionada diretamente a área de investimentos.

Todo o acompanhamento promovido pelo Comitê de Investimentos será designado em formato de relatório e/ou parecer, sendo disponibilizado para apreciação, análise, contestação e aprovação por parte do Conselho de Deliberação. Sua periodicidade se adequada ao porte do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**.

Os relatórios e/ou pareceres supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Secretária de Previdência Social - SPREV, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal, Controle Interno e demais órgãos fiscalizadores e interessados.

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, sendo que o prazo de validade compreenderá apenas o ano de 2026.

Reuniões extraordinárias promovidas pelo Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52

 **Pró-Gestão Nível II**  
RPPS





Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

A Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MTP nº 1.467/2022, Art. 76, Inciso II.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV**, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas e à Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da **Ata do Comitê de Investimentos** que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e execução; cópia da **Ata do órgão superior de deliberação** competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Este documento deverá ser assinado:

- pelo representante do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE AQUIDAUANA - AQUIDAUANA PREV** e
- pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos em atendimento ao art. 91º da Portaria nº 1.467/2022.

Aquidauana-MS, 06 de novembro de 2025.

## 19. ASSINATURAS

### Membros da Diretoria Executiva

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA – MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





---

**GILSON SEBASTIÃO MENEZES**

Diretor Presidente do AQUIDAUANAPREV

CPF: 437.348.041-91

Certificação: CGRPPS - Nº. 3155 - Validade: 18/03/2026

Certificação: CP RPPS DIRIG II - Nº.776548019792711 – Validade: 29/11/2027

---

**ANA CLAUDIA BARCELOS**

Diretora de Previdência e Atuarial

CPF: 489.783.371-04

Certificação – CP RPPS CGINVI – Nº 094 - Validade: 31/01/2027

Certificação: CP RPPS DIRIG I - Nº.044386230382707 – Validade: 27/07/2027

---

**VERUSKA GODOY NEVES**

Diretora Administrativo e Financeiro

CPF: 609.017.561-72

Certificação – CGRPPS - 5001

Validade: 25/07/2025

**Membros do Comitê de Investimentos**

---

**GILSON SEBASTIÃO MENEZES**

Presidente do Comitê de Investimento

CPF: 437.348.041-91

Certificação: CGRPPS - Nº. 3155 - Validade: 18/03/2026

Certificação: CP RPPS DIRIG II - Nº.776548019792711 – Validade: 29/11/2027

---

**ANA CLAUDIA BARCELOS**

Gestora de Recurso

CPF: 489.783.371-04

Certificação – CP RPPS CGINVI – Nº 094 - Validade: 31/01/2027

Certificação: CP RPPS DIRIG I - Nº.044386230382707 – Validade: 27/07/2027

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52







---

**LEONARDO DEMETRIO DE FREITAS FELICIOS**

Membro do Comitê  
CPF: 018.128.091-40  
Certificação: CPRPPS CGINVI - 6531001146212911  
Validade: 17/11/2029

---

**FRANCISCO TAVARES DA CÂMARA**

Membro do Comitê  
CPF: 273.328.101-15  
Certificação: CGRPPS - 6472  
Validade: 30/03/2026

---

**ADRIANA DA COSTA MARQUES**

Membro do Comitê  
CPF: 908.424.211-49  
Certificação: CGRPPS - 5002  
Validade: 25/07/2025

**Membros do Conselho Deliberativo**

---

**JUCIENE RIBEIRO SOARES ALBUQUERQUE**

Representante titular dos Servidores Ativos Efetivos, Inativos e Pensionistas.  
CPF: 679.803.332-68  
Certificação: CGRPPS - 6469  
Validade: 30/03/2026

---

**JEFERSON DE PADUA MELO**

Representante titular dos Servidores Ativos Efetivos, Inativos e Pensionistas.  
CPF: 789.429.181-15  
Certificação: CGRPPS - 5551  
Validade: 05/12/2025

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52





---

**LINDINALDO JOÃO DA COSTA**

Representante titular dos Servidores Ativos Efetivos, Inativos e Pensionistas.

CPF: 764.484.101-63  
Certificação: CGRPPS - 6472  
Validade: 30/03/2026

---

**FABIA SEBASTIANA DA SILVA MARTI**

Representante titular do Poder Executivo  
CPF: 700.594.621-91

---

**DORALICE QUIRINO CABREIRA**

Membro do Conselho  
Representante titular dos Servidores Ativos Efetivos, Inativos e Pensionistas.  
CPF: 776.438.441-00

---

**RAMONA MEDINA ORTIZ**

Membro do Conselho  
Representante titular do Poder Executivo  
CPF: 608.622.461-72

---

**IRAMAR FERREIRA DOS REIS**

Membro do Conselho  
Representante titular do Poder Legislativo  
CPF: 368.017.471-34

---

**THIAGO DOS SANTOS SILVEIRA**

Membro do Conselho  
Representante titular do Poder Executivo  
CPF: 016.590.431-31  
Certificação: CPRPPSCODEF - 65996531971291  
Validade: 17/11/2029

RUA MARECHAM MALLET, nº. 353, Centro, AQUIDAUANA - MS  
CEP 79200-000 FONE: (67) 3044-5298 - E-mail: [atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br](mailto:atendimento@aquidauanaprev.ms.gov.br)  
CNPJ 05.030.089/0001-52

